

Sepulturas e hierarquias sociais numa paróquia rural do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Jacutinga entre o século XVIII e o início do XIX

Claudia Rodrigues¹
Vitor Cabral²

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v10i29.37939>

Resumo: Este artigo analisa a relação entre sepulturas, sepultamentos e hierarquias sociais entre os moradores livres e libertos da paróquia de Santo Antonio de Jacutinga, no Recôncavo da Guanabara/RJ, entre o século XVIII e início do XIX. Ao investigar as particularidades dos espaços destinados às sepulturas numa freguesia rural do Rio de Janeiro escravista, buscamos identificar de que forma as desigualdades e hierarquias presentes ao longo da vida numa sociedade que tinha como base características do Antigo Regime adaptado aos trópicos se expressavam por ocasião da morte e de um dos ritos mais importante da escatologia católica, que era o sepultamento em sagrado.

Palavras-chave: Morte católica; Sepulturas, Hierarquias sociais; Freguesia rural; Santo Antônio de Jacutinga/RJ

Graves and social hierarchies in a rural parish in Rio de Janeiro:

Santo Antônio de Jacutinga between the eighteenth and early nineteenth centuries

Abstract: This article analyzes the relationship between graves, burials and social hierarchies between the free and liberated inhabitants of the parish of Santo Antonio de Jacutinga, in the Recôncavo da Guanabara/RJ, between the eighteenth and early nineteenth centuries. In investigating the particularities of the spaces destined for graves in a rural parish of Rio de Janeiro slave, we sought to identify how the inequalities and hierarchies present throughout life in a society that was based on characteristics of the Old Regime adapted to the tropics were expressed on occasion of death and of one the most important rites of Catholic eschatology, which was the burial in the sacred.

¹ Doutora (em 2002) e Mestre (em 1995) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em História pela mesma universidade (em 1991). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Email: claudiarodrigues.3@hotmail.com

² Possui mestrado em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como professor de História do Ensino Médio no Colégio Teresiano CAP/PUC e no Colégio Miguel Couto. Também é professor de História do Ensino Fundamental no Município do Rio de Janeiro. Email: vitorcabralb@gmail.com

Keywords: Catholic death; Graves, Social hierarchies; Rural parish; Santo Antônio de Jacutinga / RJ

Sepulturas y jerarquías sociales en una parroquia rural de Río de Janeiro: San Antonio de Jacutinga entre el siglo XVIII y el inicio del XIX

Resumen: Este artículo analiza la relación entre sepulturas, inhumación y jerarquías sociales entre los habitantes libres y manumisos de la parroquia de San Antonio de Jacutinga, en el Recôncavo de la Guanabara/RJ, entre el siglo XVIII y el inicio del XIX. Al investigar las particularidades de los espacios destinados a las sepulturas en una parroquia rural de Río de Janeiro esclavista, buscamos identificar de qué forma las desigualdades y jerarquías presentes a lo largo de la vida en una sociedad que tenía como base características del Antiguo Régimen adaptado a los trópicos se expresaban en ocasión de la muerte y de uno de los ritos más importantes de la escatología católica, que era la inhumación en sagrado.

Palabras clave: Muerte católica; Sepulturas, Jerarquías sociales; Población rural; San Antonio de Jacutinga / RJ

Recebido em 02/07/2017 - Aprovado em 04/08/2017

Na América colonial, para além do recurso aos sufrágios e demais rituais, a busca pelo sepultamento em local sagrado foi uma das principais práticas fúnebres adotadas pelos fiéis católicos com vistas à almejada salvação da alma após a morte. Acreditava-se que esta ficaria comprometida caso os restos mortais não recebessem sepultura considerada adequada. Nesse sistema de crenças, os templos ou espaços a eles contíguos representavam uma das portas de entrada no Paraíso, com base no pressuposto de que a proximidade física entre cadáveres e imagens divinas nos templos representava um modelo de contiguidade espiritual que se desejava obter no outro mundo. O que levava os mortos a habitarem “os mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida”, não rompendo “totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido” (REIS, 1991, p. 171).

Partindo destas crenças, o propósito deste artigo é refletir sobre as especificidades dos espaços de sepultura, bem como da busca pelo sepultamento católico entre os paroquianos de condição livre e liberta na freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, ao longo do século XVIII e início do XIX, atentando para as diferentes hierarquias presentes nestas práticas de inumação. Localizada no Recôncavo da Guanabara, ela se constituía numa paróquia rural e distante das demais freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro que possuíam maior concentração populacional e níveis de urbanização que as primeiras, apresentando uma oferta mais diversificada de sepulturas, seja na igreja matriz ou nas das várias irmandades religiosas, ordens terceiras e conventos, estruturadas segundo princípios da hierarquização social que abrangiam vivos e mortos (SOARES, 2000, p. 143-154 e 174-178; MARTINS, 2009, p. 387-412; BRAVO, 2014, p. 102-103). Em contraposição a esta área urbana, nos perguntamos como se dava a oferta

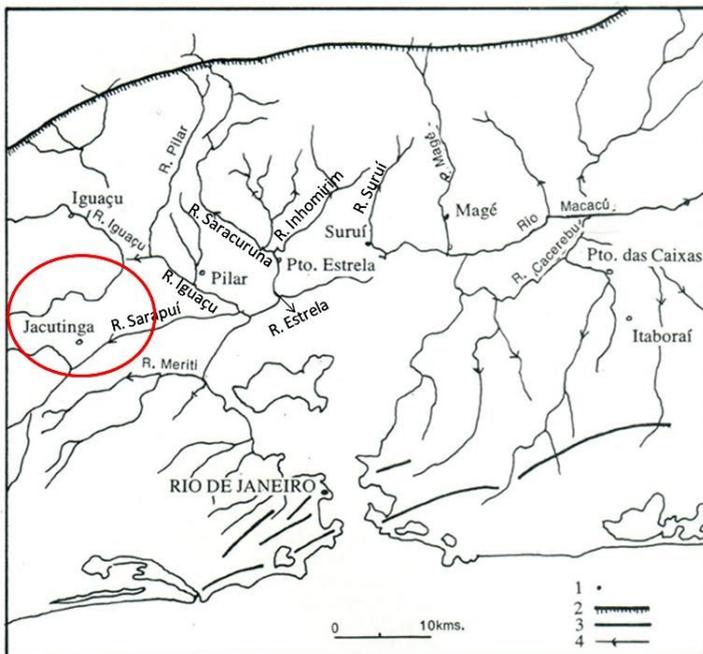
de espaços para sepultamento em uma freguesia localizada nos fundos da Baía da Guanabara que, apesar de ser mais povoada que outras mais distantes, era caracterizada pela inexistência dos aspectos da urbanidade referidos acima em relação à cidade do Rio setecentista. A partir da pesquisa em registros paroquiais de óbito³, breves apostólicos⁴ para construção de capelas particulares e uma visita pastoral, enfocaremos as formas pelas quais os livres e libertos se distribuíam pelas sepulturas de Jacutinga. Não consideraremos aqui os escravos por não termos tido acesso ao livro de óbitos dos cativos desta freguesia a tempo de concluir este artigo, embora não possamos ignorar que ela tenha sido uma das que mais possuía escravos (SOARES, 2017, p. 7), dado o significativo papel de Santo Antonio de Jacutinga na economia local e regional, entre os séculos XVII e XVIII, como já apontaram diferentes trabalhos (FRIDMAN, 1999; GOMES, 2006; OLIVEIRA, 2007 e 2014; DEMÉTRIO, 2008; FRAGOSO, 2001; RODRIGUES, 2013 e 2017; SOARES, 2015). Comparativamente a estes ainda são poucos os trabalhos enfocam o aspecto da religião e das religiosidades nas freguesias do Recôncavo (RODRIGUES, 2010; FRANÇA, 2013 e 2014; RODRIGUES, 2010; FRANÇA, 2013 e 2014), em especial os que se dedicam exclusivamente à temática das práticas funerárias (PAIXÃO, 2015; BRAGA, 2015). E é no sentido de contribuir para as reflexões sobre o ritual do sepultamento como parte das atitudes diante da morte católica que nos deteremos neste texto, em busca das especificidades dos locais e das práticas de inumação em uma área que, embora rural, não estava alijada das injunções de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e princípios hierárquicos característicos do Antigo Regime nos trópicos (FRAGOSO, et al, 2001).

A freguesia de Santo Antônio de Jacutinga possuía uma posição privilegiada na economia do Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XVIII. Com a descoberta de ouro no final do seiscentos, a região das minas gerais passaram a ser um polo de atração populacional e as freguesias dos fundos da Guanabara se tornaram um entreposto que ligava a região mineira à área portuária da cidade do Rio de Janeiro, após a construção do chamado Caminho Novo e os demais a ele ligados, que propiciavam uma viagem mais rápida para a região aurífera do que o trajeto anterior, feito por Parati (GOMES, 2006, p. 29; OLIVEIRA, 2007, p. 102-103; DEMÉTRIO, 2008, p. 66; RODRIGUES, 2013, p. 54).

³ Agradecemos o acesso aos registros de óbitos da freguesia de Santo Antonio de Jacutinga concedido pelo grupo Antigo Regime nos Trópicos/ART, que possui uma cópia do livro paroquial digitalizado no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (ACDNI).

⁴ Parte dos Breves Apostólicos para construção de capelas particulares, coletados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) nos foi gentilmente cedida por Ana Paula Rodrigues e Live France, a quem agradecemos.

MAPA 1: Rios do Recôncavo da Guanabara



FONTE: Adaptado de BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Divisão de Editoração, 1995, p. 24.

Com a transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, o Recôncavo passou a receber um fluxo mais intenso de população e os portos fluviais atracados nos rios Iguaçu, Pilar, Meriti, Sarapuá e outros se transformaram em pontos de partida para a construção de novas rotas que conjugavam rios e caminhos terrestres para se alcançar a região das minas com mais velocidade e segurança (OLIVEIRA, 2007, p. 99), como se pode identificar no Mapa 1. Nesse contexto, a freguesia de Jacutinga apresentou relativo crescimento populacional, entre 1779 a 1789, alcançando a quantidade de 3.700 pessoas e se tornando a segunda freguesia em quantidade populacional, estando atrás apenas da de Nossa Senhora do Pilar (MEMÓRIAS PÚBLICAS, 1884, p. 27).

A reunião destas condições favoreceu o surgimento de igrejas e capelas que seriam de extrema importância para o cotidiano dos habitantes do Recôncavo, algumas das quais acabariam se tornando igrejas matrizes e passariam a organizar a vida religiosa de seus fregueses, registrando nascimentos, casamentos, óbitos e outros rituais católicos. As freguesias mais prósperas seriam aquelas que possuíam portos próximos a centros religiosos (OLIVEIRA, 2007, p. 96-97), sendo em torno das igrejas matrizes, em geral

com distâncias que variavam de uma a três léguas (ou um pouco mais), que muitos engenhos estavam localizados, alguns dos quais com suas capelas para acolher as demandas diárias por missas e demais ritos da devoção católica quando não se podia atravessar a distância até o templo paroquial. Passemos a identificar os templos sagrados em busca daqueles nos quais seriam disponibilizadas sepulturas para destino dos restos mortais dos fregueses que ali viviam. Para isso, dividiremos o artigo, doravante, em duas partes: na primeira, identificaremos os templos de Santo Antonio de Jacutinga que se constituiriam em espaços sagrados nos quais poderiam haver sepulturas, sendo uns destinados ao uso dos paroquianos de modo geral (matriz) e outros pertencentes à famílias (capelas ou oratórios) ou a uma comunidade religiosa (mosteiro de São Bento); na segunda, teceremos uma análise das diferentes formas de uso destes espaços para sepultamento *ad sanctos* entre os livres e libertos segundo os princípios hierárquicos daquela sociedade escravista.

A igreja matriz e as capelas de engenho e de mosteiro: uma mescla de templos para uso coletivo e particular

Tendo passado de capela curada, em cerca de 1612, à freguesia encomendada, em 1657, Santo Antonio de Jacutinga se transformou em freguesia colada em 1755 (FRIDMANN 2009, p. 105), embora este último reconhecimento não fosse acompanhado do sustento financeiro da Fazenda Real, sendo o pároco sustentado pelos moradores (ARAÚJO, 2008, p. 239-240), através meio do pagamento de taxas ou esmolas por ocasião da quaresma, quando se fazia a confissão anual, e da realização de batizados, casamentos e funerais (NEVES, 1997, p. 65-69; RODRIGUES e FRANCO, 2011, p. 61-99). Nesta última categoria estavam os valores cobrados pelas sepulturas e demais ritos funerários, tais como a encomendação da alma, acompanhamento fúnebre e sufrágios.

Em 1794, quando Jacutinga recebeu o visitador monsenhor Pizarro e Araújo como representante do bispado do Rio de Janeiro para averiguar o estado das paróquias do Recôncavo da Guanabara, esta antiguidade da matriz foi por ele registrada ao mencionar no relato de sua visita pastoral que o templo da matriz apresentava rachaduras nas paredes, causando-lhe o receio de que a estrutura poderia ruir com o passar do tempo. Segundo ele, as paredes do corpo da igreja eram construídas de adobe, exceto o local dos altares, feito de pedra. Havia um sacrário dourado, ornado com um dossel e cortinas de cambraia branca matizada com ramos de ouro, que seriam novos e tratados com asseio. A pia batismal era de pedra mármore, estando conservada na forma determinada pela Constituição e Pastorais do Bispado. Apesar de serem de estanho, as ambulas dos santos óleos seriam tratadas muito dignamente e quase todas as alfaias se encontravam renovadas e conservadas pelo vigário da época com zelo e igual asseio. A capela-mor e a sacristia teriam sido recentemente construídas, em 1785, bem como a torre e o muro do cemitério, erguidos em 1791. Nesse mesmo ano também foi erguida a casa da fábrica (ARAÚJO, 2008, p. 239-240), que era o setor da paróquia responsável pela administração dos rendimentos e gastos da igreja matriz (NEVES, 1997, p. 227-229), incluindo as sepulturas “da fábrica”, cujos rendimentos pertenciam à paróquia.

No interior da igreja existiam três altares mantidos pelas esmolos da comunidade e principalmente pelas quatro irmandades existentes na freguesia, como veremos mais adiante. Aqui, verificamos a primeira especificidade da vivência do catolicismo em áreas rurais do Rio de Janeiro, que era a concentração das associações religiosas leigas no interior da matriz, uma vez que não possuíam templo próprio, abrigoando-se em altares laterais da igreja paroquial.

O primeiro era o maior e se localizava próximo ao Sacrário, contendo a imagem do Santo Padroeiro. Era muito bem conservado, segundo Pizarro, sendo pintado e dourado “pelo zelo do vigário”. A responsabilidade pela sua manutenção era da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da fábrica. A irmandade do Santíssimo Sacramento teve seu compromisso aprovado e confirmado pelo Bispo Antônio do Desterro logo quando de sua criação em 1751, cabendo-lhe prover o altar central das alfaías necessárias para a administração dos Santos Sacramentos e, principalmente, do Santíssimo (ARAÚJO, 2008, p. 241). Aspecto que demonstra a estreita relação entre os altares maiores das igrejas matrizes e as irmandades do Santíssimo Sacramento dedicadas, não ao culto dos respectivos oragos das matrizes, mas ao das “partículas consagradas habitualmente conservadas nos sacrários de que eram dotados os mesmos altares maiores” (CHAHON, 2008, p.112). Sempre ligadas a zelar pela eucaristia, estas confrarias não se preocupavam com a construção de templos próprios, preferindo tomar os altares principais das sedes paroquiais como suas próprias igrejas, como demonstra o caso da matriz de Jacutinga, além de serem irmandades que aglutinavam a elite local, que dispunha de bens para a manutenção de tal infraestrutura do culto (OLIVEIRA, 2011).

O segundo altar se localizava junto à Epístola, contendo as imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santa Luzia e São Benedito, sendo ornado pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fundada em 1724 era uma associação religiosa que, segundo Pizarro, apresentava grande fervor no início do século XVIII, aplicada ao culto de seu orago “celebrando grandes festas, tratando com muito asseio o seu Altar [...] ornado com Sacras e Castiçais de prata, tendo bastante alfaías de seda um bom Guião de Damasco com remate e cruz de prata, e outras muitas coisas, que bem mostravam o seu zelo e devoção” (ARAÚJO, 2008, p. 243).

O terceiro ficava próximo ao Evangelho, onde se encontravam as imagens de Nossa Senhora do Socorro, Santa Ana e do Espírito Santo, cujo sustento provinha dos próprios devotos desses santos. Dentre esses, estava a Irmandade de Nossa Senhora do Socorro dos Homens Pardos, que existiria desde pelo menos 1686 e, da mesma forma que a do Rosário, teria apresentado “grande fervor” no início do século XVIII, nas palavras do visitador (ARAÚJO, 2008, p. 243). Além das imagens aqui referidas, este altar continha a de São Miguel – cujo culto era responsabilidade da irmandade das Almas – e a de Nossa Senhora da Piedade, que contava com “um Patrimônio de 800\$000 reis incorporados no Engenho chamado Brejo, do Reverendo Antonio Maciel da Costa” (ARAÚJO, 2008, p. 240). Fundada em 1719, a irmandade de São Miguel e Almas também aglutinava a elite de Jacutinga. No entanto, seu compromisso foi cassado em 1787 pelo ministro secular que visitara a região naquela ocasião e ordenara que outro fosse redigido e remetido à Lisboa para obter autorização da Mesa de Consciência e Ordens. No

momento da visita de Pizarro, esse documento ainda não havia voltado (ARAÚJO, 2008, p. 242).

Apesar de estarem aglutinadas no templo paroquial, foi possível verificar uma hierarquia entre quatro irmandades de Jacutinga, evidenciando a diferenciação social vigente na paróquia, na medida em que existiam duas associações de elite (Santíssimo Sacramento e São Miguel e Almas), uma de pardos (em geral composta por libertos ou crioulos) e outra de “pretos” (na maioria das vezes escravos ou ex-escravos africanos). Exemplo significativo dessa hierarquização é que, ao fazer menção a tais associações religiosas, Pizarro não as mencionou segundo a ordem cronológica de fundação (N. S. do Socorro dos pardos, em 1686; S. Miguel e Almas, em 1719; N. S. do Rosário dos pretos, em 1724 e SS. Sacramento, em 1751), mas numa ordem que parecia reproduzir o *status* e a hierarquia social da época, ao citar primeiro aquelas que sabidamente eram compostas pela elite local e por último as dos chamados homens de cor, mencionando respectivamente: Santíssimo Sacramento, São Miguel e Almas, Nossa Senhora do Socorro e Nossa Senhora do Rosário, mesmo que a primeira citada tenha sido a última a ser criada.

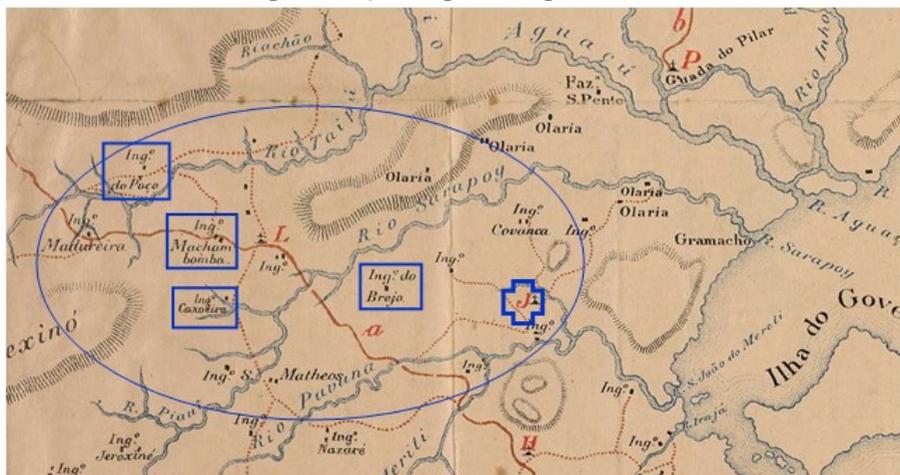
Para além da preocupação em prestar culto ao santo de devoção localizado nos altares laterais mantidos por estas irmandades religiosas ou sustentar o altar do Santíssimo Sacramento, é preciso destacar que os locais nos quais estavam instaladas no interior da matriz de Jacutinga atendiam ao “obsessivo desejo” da população em garantir um sepultamento dentro ou em volta dos templos católicos mediante a autorização eclesiástica que tinham para manter sepulturas nestes altares (BOSCHI, 1986, p. 150-153). Aspecto que supria as necessidades escatológicas das irmandades que não possuíam templo próprio (REIS, 1991, p.173). A participação nessas associações garantia de forma desigual aos livres, libertos e à escravaria que os ritos funerários fossem realizados conforme os desejos individuais, muitos dos quais deixados em testamento, embora apenas no caso de livres e libertos, posto que escravo não podia testar. No caso dos chamados “homens de cor” – escravos, africanos e seus descendentes –, o papel das irmandades seria evitar que o morto permanecesse insepulto ou que fosse sepultado com menos honra em locais não sagrados ou menos prestigiados, sem receber de seus irmãos os devidos cuidados que homenageavam o irmão falecido, reforçando o poder das irmandades de cuidarem de seus membros (SOARES, 2000, p. 175).

Além do templo paroquial, outros espaços destinados a sepulturas na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga eram as capelas erguidas no interior de engenhos e de um mosteiro, que se constituíam em espaços mais particulares do que aquele de uso mais geral entre os paroquianos existente na matriz. Tratavam-se de espaços menores chamados de oratórios ou capelas, que contavam com a presença de um sacerdote ou capelão. Nos registros de monsenhor Pizarro, foram mencionadas seis capelas ainda em funcionamento quando de sua passagem pela região, em 1794, sendo que poucas possuíam autorização para a realização de rituais católicos, como missas, batizados e sepultamentos. Apesar disso e por compreendermos que a constituição de tais espaços é importante para desenvolvimento de nossa argumentação acerca do papel e das hierarquias entre os espaços destinados a sepulturas na freguesia de Santo Antonio de

Jacutinga, analisaremos tais espaços particulares. Entretanto, não o faremos de forma isolada, optando por incluí-las no respectivo engenho, a fim de considerar e identificar a composição social dos seus proprietários.

Afinal, foram as famílias da elite escravista da região que fizeram as solicitações para fundar capelas no interior de suas propriedades e viabilizaram a construção de pequenos templos fora da igreja matriz. Os Correa Vasques, Pina, Maciel da Costa, Oliveira Braga e outros ramos familiares atuaram com maior destaque nesse sentido, sendo pela e para a família que convergiam todos os aspectos da vida cotidiana, pública, privada, econômica, social. E aqui acrescentaremos os aspectos religiosos. Muito pouco na colônia referia-se aos indivíduos enquanto pessoas isoladas. Um indivíduo sempre pertencia a um grupo, a uma família consanguínea, a uma irmandade leiga ou aos novos laços de parentesco formados pelos escravos (Faria, 1998, p. 21). Este tipo de devoção foi estimulado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, legislação eclesiástica – seguindo as orientações tridentinas – vigente na América portuguesa, a partir de 1720, que reputava como positivas as doações dos fiéis/famílias para construção de capelas nas quais sacerdotes capelães atuariam naquele cotidiano, contribuindo para o sustento do clero (VIDE, FEITLER e SALLES SOUZA, 2010, p. 308-309).

MAPA 2: A freguesia de Jacutinga e os engenhos de seu território



FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL/BIBLIOTECA DIGITAL: Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro. Cartografia do Rio de Janeiro – Manoel Vieira Leão, em 1767.

Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart268950/cart268950.jpg

Acessado em: 25/04/2017.

Em razão das restrições documentais, mencionaremos apenas aquelas – e respectivas famílias mantenedoras – mencionadas no relatório de Pizarro de 1794, embora não ignoremos a existência de outras capelas tanto antes como depois da

passagem do visitador. Para visualizarmos os engenhos nos quais existiam tais espaços sagrados, apresentamos no mapa 2, de 1767, que nos permite ter uma noção da posição de certos engenhos/capelas em relação à igreja matriz.

Este mapa foi elaborado quase três décadas antes da chegada do monsenhor Pizarro à região e, por isso, não apresenta todos os engenhos citados pelo visitador. A fim de facilitar a localização das propriedades, consideramos que a paróquia de Santo Antonio de Jacutinga estava, grosso modo, contida na forma ovalada em azul que inserimos no mapa, sendo o espaço da igreja matriz, marcado com a legenda “J” no mapa original e aqui destacado com uma cruz azul. É bem provável que a fração de tempo entre a indicação de certas propriedades no mapa de 1767 e a visita de Pizarro em 1794 alguns dos engenhos que aparecem sem nome no mapa tenham sido nomeados pelo clérigo no fim do século, mas não temos no momento como identificar quais seriam eles. Certamente, são alguns dos que aparecem citados apenas como “engenhos” sem nome. Outro aspecto a ser destacado é que as terras de Jacutinga eram atravessadas por um dos “caminhos novos” e que aparece marcado originalmente com linha vermelha e legenda “a”, representando a “estrada do Rio a Minas”. Vejamos, então, tais espaços particulares do sagrado existentes em algumas das propriedades da paróquia de Jacutinga.

Iniciaremos pelo *Engenho do Brejo*, resultante do desmembramento de um engenho estabelecido desde o século XVII, cujos descendentes – os Maciel da Costa – permaneceram na localidade “com honra e distinção” (RODRIGUES, 2015, p. 9). Em 1739 estava sob a posse de Dona Páscoa Maciel e seu marido, Cristóvão Mendes Leitão. Em 1746, o casal obteve autorização para erguer uma capela, mediante um Breve Apostólico, que dez anos depois foi renovado a pedido do casal, que também adquiriu a permissão para celebração de missas. Um ponto que merece destaque nesse processo é que os indivíduos que solicitavam oratórios privados deveriam demonstrar que pertenciam à elite colonial, sendo constante a afirmação ao longo do documento de que os proprietários viviam “à maneira e o costume da nobreza” (ACMRJ-BA: n.º. 146, fl. 3), que se constituía em elemento de forte distinção social. Nesse sentido, uma das funções mais importantes de um breve apostólico era identificar se os impetrantes eram de fato pessoas aptas a receberem autorização para manter um oratório privado, sendo necessário comprovar a identidade dos solicitantes e se o oratório construído estava, de fato, de acordo com os parâmetros condizentes com um espaço sagrado (RODRIGUES e FRANCO, 2011).

As testemunhas que avalizaram as condições do casal foram o Reverendo Padre Alexandre Pinheiro, o Capitão João Correia Bittencourt e o Capitão Manoel Pereira Ramos, todos com altos postos na hierarquia daquela sociedade, reforçando a distinção não só dos impetrantes, mas dos que lhes serviram de testemunhas. Uma das exigências era que o espaço estivesse isolado do restante da casa, livre dos usos domésticos e bem paramentado para o exercício religioso (ACMRJ-BA, n.º. 86, fl. 4). Para a realização de missas em altares particulares, algumas regras deveriam ser observadas. A mais importante era que não podiam acontecer simultaneamente às da igreja matriz, para não prejudicar os direitos paroquiais, principalmente nos “dias de Páscoa de Ressurreição, Pentecostes, e do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, e outras mais solenes

festas do ano” (Idem). Ou seja, apesar de possuídos por famílias com distinção, os altares/capelas particulares ocupavam um lugar inferior na hierarquia do cotidiano religioso, sendo subordinados às igrejas matrizes e destinados somente às missas ordinárias de devoção aos santos e de sufrágios às almas de membros das famílias que detinham a posse do oratório. O controle da presença dos fiéis às missas da igreja matriz era responsabilidade dos párocos e os paroquianos só poderiam ouvir celebrações em dias santos nas capelas se fosse impossível o deslocamento (FRANÇA, 2013, p. 56). Porém, essa não era a única restrição. No breve apostólico de 1756 aparecem algumas determinações pontuais: as missas só seriam celebradas na presença de padres seculares aprovados pelo Bispado; as celebrações no oratório só poderiam ocorrer de fato se um dos dois impetrantes estivessem presentes; e além de reafirmar que Cristóvão e Páscoa não estavam livres de comparecer à matriz em dias solenes, o oratório celebraria missas somente na presença de membros da família que compartilhassem laços sanguíneos com o casal e “hóspedes nobres”. Tal fato deixa claro que os altares particulares seriam frequentados somente por uma minoria (ACMRJ-BA, n.º. 146, fl.8).

Três décadas após a autorização inicial, nos anos de 1760, o engenho foi transmitido como patrimônio aos filhos de Páscoa e Cristóvão – o capitão Apolinário Maciel da Costa e o padre Antônio Maciel da Costa –, que representaram, portanto, uma nova geração a reproduzir o domínio senhorial sobre aquelas terras (ESTATÍSTICAS, 1913, p. 328). Na época da visitação de Pizarro, já no fim do século XVIII, a propriedade era administrada somente pelo já mencionado reverendo Antônio Maciel da Costa, mencionado anteriormente como responsável pela manutenção da imagem de Nossa Senhora da Piedade localizada num dos altares laterais da igreja matriz de Jacutinga (ARAÚJO, 2008, p. 250).

Os próximos dois engenhos a serem citados também pertenciam a uma mesma família. Tratam-se do *Engenho de Maxambomba* e do *Engenho da Cachoeira*, que podem ser vistos no mapa 2 localizados um ao lado um do outro. Pertenciam, desde 1673, à proeminente família dos Correia Vasques, descendentes dos Conquistadores da Guanabara quando da instalação da produção açucareira na região do Recôncavo, tendo permanecido neste ramo familiar por mais de cem anos (RODRIGUES, 2015, p. 9). Em 1710, o mestre de campo Martim Correia Vasques faleceu em combate, por ocasião da invasão francesa ao Rio de Janeiro, deixando quinze filhos, dos quais onze eram mulheres e quatro homens, todos com direitos de receber partes daquele patrimônio. No entanto, os Correia Vasques se utilizaram de diversas estratégias para evitar a fragmentação das terras. Ao analisar o testamento de Martim Correia Vasques, Ana Paula Rodrigues identificou que o patrimônio foi deixado para ser administrado pelos herdeiros homens: o alcaide-mor Tomé Correia, Salvador Coreia de Sá, o doutor Manoel Correia Vasques e o tenente Martinho Correia de Sá. Em relação às mulheres, duas filhas se casaram e as demais foram enviadas para a carreira eclesiástica; de modo que somente em duas ocasiões foram efetuados pagamentos de dotes, uma vez que a vida monástica das outras filhas permitiria a preservação do patrimônio. A partir de 1730, vinte anos após a morte do pai, os engenhos de Maxambomba e Cachoeira ficaram sob a administração do doutor

Manoel Correia Vasques, embora seus irmãos ainda recebessem rendimentos deles provenientes (ARAÚJO, 2008, p. 88).

O doutor não teve filhos com sua esposa Maria Paes de Almeida. Porém, os teve em duas relações de concubinato. Na primeira, com Damásia Cordeira, gerou três filhos: Manoel, José e Guiomar. Na segunda, com a preta mina Tereza Correia de Jesus, gerou uma filha de nome Inês Correia de Jesus. Com sua morte, dois de seus filhos naturais da primeira relação provaram ser seus descendentes, obtendo cartas de legitimação que lhes permitiu herdar o sobrenome e os bens do doutor e serem reconhecidos na região, agora como o capitão Manoel Correia Vasques (homônimo de seu pai) e o tenente José Correia Vasques. Antes de sua morte, o doutor Manoel Correia Vasques vendeu o engenho de Maxambomba a um sobrinho – Martim Correia de Sá –, em 1740, e passou ao seu filho homônimo a administração do engenho da Cachoeira. No final do século XVIII, Monsenhor Pizarro registrou que o Engenho de Maxambomba já se encontrava na posse do padre José Vasques de Souza, herdeiro do segundo filho do doutor Correia Vasques (o tenente José Correia Vasques), enquanto o engenho da Cachoeira permanecia na posse do filho homônimo do doutor. Como afirmou Ana Paula Rodrigues, para que as propriedades permanecessem em posse da família Correia Vasques, diversas estratégias foram utilizadas: filhos enviados para o clero, casamentos arranjados ou impedidos pela força e venda de terras para parentes. Perpetuação que se deu com a evidente presença da mestiçagem (RODRIGUES, 2015 e 2013).

Seria no Engenho da Cachoeira que a família escolheu edificar uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, várias vezes reconstruída. Em 1731, ela foi erguida pela segunda vez, por requerimento de Manoel Correa Vasques, pois a antiga construção havia se deteriorado pela umidade. A autorização para tal foi obtida do bispo Antônio de Guadalupe e a nova construção foi erguida junto à casa da família proprietária, tendo permanecido em sua posse por muitas décadas. Tanto que em 1794, momento da passagem de Pizarro, ela ainda era administrada pela família, tendo recebido elogios do visitante pelo tratamento que o espaço sagrado recebia. Segundo este, ela era “tratada com asseio e decência” (ARAÚJO, 2008, p. 245). Detalhe importante é que ela possuía concessão para ter sepulturas. Até agora, a primeira de nossa relação. A questão que se coloca e que ainda não conseguimos ter bases seguras para responder é sobre quais seriam os critérios para uma capela ter direito a realizar sepultamentos e outra não, já que não possuímos o breve de autorização desta capela. Um ensaio de resposta pode ser o fato de se tratar de propriedade com grande número de escravos, talvez, conjugado com a proeminência da família, além da eventual necessidade de espaço para sepultamento de cativos e outros cadáveres diante da relativa distância da matriz, como podemos verificar no mapa 2. Aliás, se voltarmos a este mapa, poderemos identificar que, enquanto as terras do Engenho de Maxambomba eram atravessadas pela “Estrada Geral para Minas”, as do Engenho de Cachoeira estavam mais distantes deste local de passagem. O que pode explicar, possivelmente, uma eventual opção da família por manter a capela no engenho mais preservado do trânsito das pessoas, mas ao mesmo tempo com disponibilidade de fazer sepulturas, exatamente pelo fato de as terras da

família serem constantemente visitadas, abrigando hóspedes em trânsito. Mas estas são apenas hipóteses que ainda merecem ser melhor investigadas.

Outro exemplo de engenho que permaneceu por quase todo o século XVIII em propriedade de uma mesma família foi o *Engenho da Posse*. Sua fundação aconteceu no início do setecentos por obra do casal João de Veras e Dona Ana Maria Nascente, que deu início ao processo de estabelecimento da primeira capela da propriedade, concedida por um breve apostólico de 1733, que possuía exigências parecidas com as mencionadas no caso da capela do Engenho da Posse, citado anteriormente, e que não repetiremos aqui por limites de espaço. Bastando citar que o pedido foi avalizado por testemunhas igualmente pertencentes à elite local, que comprovaram viver o casal segundo a “lei da nobreza”, assim como bem cuidarem do espaço sagrado, paramentá-lo com objetos e alfaias e mantê-lo “livre dos usos domésticos” Um dado complementar foi a declaração de uma das testemunhas, Manoel Pereira de Ramos, de que João de Veras Ferreira era senhor de engenho e não possuía nenhum “trato mecânico”; ou seja, não exercia atividades manuais (ACMRJ-BA, n.º. 25, fl.02). O que, para a nobreza portuguesa e para a elite colonial luso-brasileira, era um sinal positivo de distinção social. Afinal viver sem realizar trabalhos mecânicos era viver sem realizar tarefas feitas por escravos, forros e seus descendentes (GUEDES, 2006, p. 379-422). Esse oratório não foi citado por Pizarro em 1794, sendo provável que não estivesse mais de pé no momento da passagem do visitador ou tenha sido incorporado à outra capela, bem maior, que seria construída no engenho, como veremos mais abaixo.

O auge da capacidade produtiva do Engenho da Posse ocorreu na geração que administrou essa propriedade, a partir de 1764, composta pelo filho do casal, Francisco de Veras Nascentes, juntamente com seu cunhado e sócio, Manoel Alves da Silva. Nesse período, o engenho possuía 120 escravos, produzia açúcar, alimentos e extraía grande quantidade de madeira. (RODRIGUES, 2017, p. 151). Trinta anos depois, quando da visitação de Pizarro, a propriedade se encontrava nas mãos de uma nova geração da família, sendo administrado por Francisca Casemira Xavier de Vera, filha do falecido Francisco de Veras Nascentes e esposa de Bento Luiz de Oliveira Braga. Com essa união, o patrimônio da família cresceu consideravelmente, uma vez que este era dono do Engenho de Nazareth, em Irajá, e depois de seu casamento com Francisca Casemira passou a comandar o da Posse, além de construir mais a engenhoca de *Caioaba* em terras de seu sogro. A família também possuía mais três sítios em Jacutinga, uma olaria em Iguazu e duas fazendas produtoras na freguesia de Sacra Família (ARAÚJO, 2008, p. 93-95 e 2017, p. 151).

Quando Pizarro passou por aquelas terras, fez menção a uma capela sob invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus, que teria sido ereta pelo Capitão Francisco de Veras Nascentes e seu cunhado Manuel Alvares da Silva, provavelmente, em 1767, mediante autorização do bispo Antônio do Desterro. O visitador elogiou a capela afirmando que a havia encontrado com “gosto e asseio” e que seu capelão era o Reverendo José Alvares, natural do Arcebispado de Braga, de 39 anos, ordenado neste mesmo arcebispado em 1784. Morava na freguesia de Jacutinga desde 1792 e tinha faculdades de usar suas ordens e ser confessor. Segundo o visitador, o capelão era

“moralista”, possuía “bons costumes” e vivia “de suas ordens e suas lavouras”, servindo muito a capela (ARAÚJO, 2008, p. 250).

Os próximos engenhos a serem citados possuíam como características o fato de terem sofrido mudanças de proprietários, não permanecendo na posse de um mesmo ramo familiar. Iniciaremos pelo Engenho de *Nossa Senhora da Conceição de Sarapuí*, que abrigara a antiga igreja matriz da freguesia homônima que havia sido extinta, em 1736, por receber poucas doações dos paroquianos e nenhuma da Fazenda Real. Em virtude disso, foi incorporada à paróquia de Jacutinga como capela, apesar de ter sido reduzida à ruínas até a propriedade ser adquirida por Francisco Antunes de Lima, em 1757. No breve apostólico por meio do qual obteve a autorização para o reerguimento da capela, Francisco justificara que precisava participar da celebração de missas por padecer de grave enfermidade que o levava a colocar sangue pela boca e estar, por isso, impedido de apanhar sol e de se locomover até a matriz de Jacutinga. Também argumentou que a grande distância de uma légua e meia até a Matriz dificultava que seus vizinhos e escravos participassem da missa. Problemas que, segundo ele, seriam revolidos com a autorização para que fossem celebradas missas na capela de Nossa Senhora da Conceição, tendo ele apresentado uma detalhada lista de todos os objetos e alfaias que continha aquele espaço sagrado para a realização de tal ritual (ACMRJ-BA, n.º. 158, fl.3-4).

Duas décadas depois, as terras mudariam novamente de mãos e, segundo os relatórios do Marquês do Lavradio, de 1769-1779, o engenho já pertencia a Inácio Gomes e seus herdeiros, os quais se dedicavam ao cultivo de mandioca (ESTATÍSTICAS, 1913, p. 328). Nesta nova administração das terras, a capela voltaria a decair. No final do século, a propriedade passou para novas mãos, sendo adquirida pelo capitão João Soares de Bulhões (ARAÚJO, 2008, p. 250), natural de São João Del Rei que se transferiu para o Recôncavo da Guanabara no século XVIII. O que indica que estas terras não foram daquelas mantidas por várias gerações dentro de uma mesma família, embora o novo morador tenha buscado criar relações com uma das famílias mais tradicionais da região, ao se casar com Dona Maria Maciel, filha de Apolinário Maciel da Costa, dono do Engenho do Brejo, acima analisado. Possivelmente devido a esta sua inserção na comunidade, buscando ligações com a elite local, o engenho ganharia mais estabilidade sob o novo comando. Além desta propriedade em Jacutinga, Bulhões se tornou dono do *Engenho de Caioaba*, na freguesia de Inhomorim. Em suas terras produziam-se açúcar, mandioca e aguardente. Quando se casou, alcançou o topo da hierarquia social de Jacutinga, deixando de ser considerado “de fora”, buscando se dedicar ao engenho e fazendo com que sua produção aumentasse consideravelmente. Foi neste sentido que no início do século XIX a propriedade possuía 128 escravos, 50 cabeças de gado, 30 burros, ampliando também suas benfeitorias com a construção de olaria, carpintaria, casas, estrebaria e uma tenda de ferraria. Sua posição social lhe rendeu os títulos de capitão da nova companhia de Jacutinga e cavaleiro professo da Ordem de Cristo (RODRIGUES, 2013, p. 99). Outra ação significativa que tomou foi a reabertura da capela de Nossa Senhora de Sarapuí, que havia sido fechada por morte do antigo proprietário.

Se o engenho parece ter adquirido mais estabilidade em finais do século XVIII sob a administração do capitão João Soares de Bulhões, quando Pizarro chegou a

Jacutinga, a capela parecia não manter as mesmas condições da época de sua reconstrução cerca de três décadas antes da chegada do visitador. Apesar disso, o capitão Bulhões solicitou permissão ao monsenhor para fazer uso dela, mas o representante da hierarquia eclesiástica do bispado não se furtou a registrar as “graves irregularidades” que identificava no templo e o fato de João Soares Bulhões não possuir a documentação necessária para a sua manutenção. Pizarro determinou que o capitão poderia fazer uso da mesma por seis meses, mas se nesse período de tempo não fossem providenciados os documentos legais junto à Câmara Eclesiástica, a capela seria interditada (ARAÚJO, 2008, p. 246). Infelizmente, não temos notícias sobre o desenrolar deste processo.

A quinta capela a ser citada é a que existia no *Engenho do Pantanal*, de Antônio Ferreira Quintanilha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Pantanal, construída em 1754, mediante autorização do bispo Antônio do Desterro. Em 1766, as terras foram vendidas e no fim do século XVIII já pertencia a João Teixeira Malheiros. Apesar desta troca de proprietários, Pizarro encontrou a capela em bom estado no ano de 1794 e registrou que possuía autorização de uso de pia batismal, mas não possuía permissão para uso de sepulturas. Porém, o livro de óbitos de Jacutinga indica que a mesma recebeu um sepultamento, como veremos no próximo item, sugerindo que o engenho no qual a referida capela estava construída pode ter passado para a posse de uma nova família, no lugar dos Teixeira Malheiros, que obteria autorização para realizar sepultamentos. Segundo Live França (2013, p. 45), a capela do Pantanal apresentou intensa atividade no que se refere aos sacramentos de batizados e confirmação, superando a própria igreja matriz, confirmando 63 pessoas, contra somente 50 crismados pela matriz.

A próxima propriedade a ser citada é a fazenda de Antonio de Pina, no lugar chamado São José do Rato, situada bem distante das demais, a 3 léguas de distância, na direção do rio Iguaçu. Antônio de Pina era filho do negociante Brás de Pina, rico proprietário de terras do recôncavo e do Rio de Janeiro que possuía o monopólio da pesca de baleia no litoral paulista. Ao fundar o *Engenho do Rato*, Antônio de Pina estava promovendo o crescimento do patrimônio da família Pina. Além desta propriedade, herdou a sesmaria de Madureira, comprou outras terras em Jacutinga e acumulou títulos militares. Em 1803, foi vereador do senado da Câmara do Rio de Janeiro e, em 1806, foi reformado com a patente de tenente-coronel, recebendo o título de cavaleiro da Ordem de Cristo, com remuneração de 12\$000 réis (RODRIGUES, 2013, p. 109). Com isso, podemos afirmar que o poder da família Pina estava muito além das terras que possuía. Em uma delas, a *Fazenda Caioaba*, foi construído um oratório. Não há descrição detalhada do local, a não ser que tinha permissão para realizar missas. Um dado significativo dos registros de óbito analisados foi a menção de um sepultamento no “cemitério da Fazenda do Capitão Antonio de Pina” (ACDNI, 1785-1809), cuja exata localização – em termos de engenho – não conseguimos ainda identificar.

Por fim, cabe mencionar uma capela não vinculada a um engenho familiar, mas ao Mosteiro de São Bento. A presença de monges beneditinos em Jacutinga remonta ao início da colonização da Guanabara, na segunda metade do século XVI, quando se instalaram na região ao redor do rio Iguaçu. Live França (2013, p. 19-20) chama atenção

para o fato de que este foi o primeiro território ocupado pelos beneditinos na América portuguesa. Com a consolidação da colonização das terras do recôncavo, os monges acabaram por se associar à elite colonial que surgia nos fundos da Guanabara e passou a doar terras aos monges para que estes permanecessem na região (SOUZA, 2012, p. 72). Do século XVII em diante, em virtude das doações recebidas, passaram a compor parte significativa da elite colonial, tornando-se “senhores de engenho” e de escravos.

Em seu interior, estava instalada a Capela de Nossa Senhora do Rosário que, no momento da visita de Pizarro, se encontrava asseada e bem paramentada, possuía pia batismal da qual fazia uso com autorização do reverendo pároco, bem como podia ter sepulturas. A análise do livro de registro de óbitos de livres e libertos da freguesia de Jacutinga revela que entre 1788 e 1806, dezessete pessoas foram sepultadas nas covas desta capela, que parecia ser um ponto de referência sagrada para os moradores da paróquia. Vejamos melhor como se dava a distribuição dos locais de sepultamento na freguesia e o seu uso por parte dos paroquianos, conforme sua posição e distinção social.

As sepulturas em Jacutinga e suas hierarquias

Considerando que o sepultamento se constituía no ponto culminante dos ritos fúnebres, como argumenta Milra Bravo (2014, p.14), focaremos nosso olhar sobre de que forma os diferentes espaços sagrados acima identificados eram utilizados – ou não – pelos moradores livres e libertos de Santo Antonio de Jacutinga para inumar seus parentes mortos.

TABELA 1 - Sepultamentos nos Assentos Paroquiais de Óbito de Jacutinga

LOCAL DE SEPULTAMENTO	Nº	%
Cova de Fábrica - MATRIZ	562	51,8%
Adro - MATRIZ	243	22,4%
Irmandade do Santíssimo Sacramento - MATRIZ	91	8,4%
Irmandade de São Miguel e Almas - MATRIZ	74	6,8%
Irmandade de N. Sra. do Rosário - MATRIZ	57	5,3%
Irmandade de N. Sra. do Socorro - MATRIZ	12	1,1%
Cova dos Vigários - MATRIZ	1	0,1%
Sepultura perpétua de Francisco Sanchez Castilhos - MATRIZ	3	0,3%
Capela Particular	3	0,3%
Mosteiro de São Bento	17	1,6%
Fora da Freguesia	8	0,7%
Sem Identificação	14	1,3%
TOTAL	1085	100,0%

Fonte: ACDNI: Assentos paroquiais de óbito da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1785-1809).

Os dados da Tabela 1, demonstram a concentração dos sepultamentos na igreja paroquial, fosse no seu interior (em covas da fábrica e das irmandades) ou do lado de fora (no adro ou cemitério). Embora as sepulturas externas fossem gratuitas, vale destacar que eram administradas pela fábrica da matriz. Esta gratuidade se devia ao impedimento de qualquer tipo de cobrança no adro, segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (CAMPOS, 2004, p. 174); o que atraía para este espaço os indivíduos que não tinham como pagar pelo sepultamento em covas no interior do templo paroquial.

Vale destacar que se o espaço da sepultura no adro não era cobrado, o mesmo não se dava quanto ao cerimonial que viesse ser realizado na intenção dos que ali fossem inumados. O pároco receberia \$640 pela encomendação, \$160 pela vela e \$640 por duas missas caso se tratasse de escravo. Outro aspecto que demonstra a diferenciação das sepulturas do adro é que, enquanto a fábrica da paróquia receberia \$320 pelo uso da cruz no momento da encomendação do cadáver, não se cobrava nada pela encomendação feita no cemitério/adro (ARAÚJO, 2008, p. 256-257). Um assentamento de óbito que vai ao encontro desta informação é o de Manoel da Costa, solteiro e viandante na freguesia, morto por vômitos em 22/04/1787, que teve como justificativa para seu sepultamento ter ocorrido no adro o fato de “ser muito pobre” (ACDNI, 1785-1809).

Se voltarmos nosso olhar para as sepulturas do interior da matriz, verificamos que 1.040 (95,8%) dos mortos da freguesia estavam ali enterrados, sendo que 805 (74,2%) nas covas da fábrica e 234 (21,6%) nas sepulturas das irmandades que se localizavam nos altares laterais e central (no caso do Santíssimo Sacramento). Provavelmente por esta última se encontrar no altar mor (espaço maior fisicamente que os laterais e considerado portador de maior valor salvífico, não só por ser o principal e mais adornado dos altares, encontrando-se disposto em frente da entrada principal da igreja, mas por ser de onde o pároco celebrava a missa e onde estava guardada a eucaristia/Santíssimo Sacramento, no sacrário), foi a irmandade que mais sepultou na freguesia, na comparação com as demais. A irmandade que ficou em segundo lugar em número de sepultamentos no interior da matriz foi a outra associação que agregava a elite local, São Miguel e Almas, que dividia o espaço do terceiro altar lateral com a irmandade de Nossa Senhora do Socorro dos pardos. Embora não tenhamos tido acesso ao compromisso destas duas associações, podemos aventar que a precedência hierárquica da de São Miguel e Almas – provavelmente com mais covas que a dos pardos – explique o fato de ela ter sepultado 74 cadáveres enquanto a de Nossa Senhora do Socorro inumou 12. Apesar de agregar os pretos, como seu próprio nome indicava, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário representou a terceira quantidade de sepultamentos na matriz. O que acreditamos se relacionar ao fato de ela não dividir o segundo altar lateral com outra associação religiosa.

Os dados da tabela acima também indicam que, em que pese os índices percentuais não chegarem a 2,0%, 17 cadáveres foram sepultados na capela existente no Mosteiro de São Bento. Ainda assim, um quantitativo significativamente maior do que os 3 sepultados em capelas particulares. O que pode ser explicado pela representação e papel que os monges beneditinos e, por extensão, sua capela possuíam na localidade, ultrapassando o significado dos sepultamentos nas capelas particulares dos engenhos.

Dos três sepultamentos em capelas particulares, dois se localizaram no oratório de Antônio de Pina e um na capela de Nossa Senhora do Pantanal, situada na fazenda de João Teixeira Malheiros (ACDNI, 1785-1809). Vale lembrar que na época da passagem de Pizarro e Araújo por Santo Antônio de Jacutinga a capela de João Teixeira Malheiros não possuía autorização para sepultar corpos (ARAÚJO, 2008, p. 245). A inumação em questão aconteceu em 1803, alguns anos depois da visita do monsenhor, tendo se tratado de um defunto registrado com um único nome de “José”, filho do capitão Lourenço Inácio Xavier e Frutuosa Felicidade, sobre os quais não temos outras informações. Possivelmente, a família Malheiros conseguiu, posteriormente, autorização junto às autoridades eclesiásticas para realizar enterros. Como as duas propriedades em questão pertenciam à elite, é possível que suas capelas particulares tenham obtido, ao longo do tempo, autorização para realizar inumações. O que somente uma investigação sobre outros breves apostólicos para a freguesia poderia esclarecer a dúvida que fica. Para além desta, algo que nos surpreendeu foi a reduzida quantidade de sepultamentos em capelas cuja autorização para ter sepultura não tivemos acesso e o fato de a capela do Engenho da Cachoeira que possuía autorização para inumar, não ter apresentado nenhum enterramento mencionado no livro de óbitos analisado. Embora algum sepultamento possa ter ocorrido fora do período coberto pelo referido livro – 1785 a 1809 –, cogitamos, por um lado, que para além de haver poucas capelas com autorização para sepultamentos em Jacutinga, seus proprietários parecem não ter optado por estas no momento de inumar cadáveres em seus espaços. Por outro, o fato de não haver registros de sepulturas em Cachoeira não significa que estas não tenham ocorrido; mas que eventualmente não tenham sido informadas ou registradas à/na paróquia. Se não fosse por isso, qual seria o fundamento de os proprietários desta capela terem solicitado e obtido autorização para realizar sepultamentos? Fica evidente que se torna necessário aprofundar o estudo sobre esta questão dos sepultamentos em capelas de engenhos e fazendas nas áreas rurais da América portuguesa, a partir da pesquisa em registros paroquiais que recubram um período maior de tempo.

Mais um aspecto que se destaca entre os índices da tabela acima são as três menções a sepultamentos na “sepultura perpétua” do Sargento-mor Francisco Sanches Castilhos. A primeira apareceu no óbito de sua viúva, Inácia Maria Tavares, falecida em 14/10/1786, no qual consta que ela foi inumada na “sua sepultura perpétua”; a segunda menção foi feita no assento de José Inácio de Faria, sepultado em 01/04/1805, “em cova dos descendentes” do referido sargento-mor; por fim, no óbito de Miguel Veloso, de 31/08/1808, consta que ele foi sepultado na “cova do sargento-mor Francisco Sanches de Castilhos”. Num primeiro momento, pensamos se tratar de uma capela ou oratório particular, mas ao procurar informações sobre a propriedade dos Castilhos, verificamos que, apesar de o sargento-mor ter sido um dos primeiros proprietários do *Engenho de Santo Antonio do Mato*, a propriedade entrou em decadência após sua morte, em 1771, por deixar de moer cana e ter contraído dívidas. Motivos que a levou a ser arrematada em praça em 1778 pelo mestre de campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon (ESTATÍSTICAS, 1913, p. 328). Ademais, como o texto da visita de Pizarro não faz menção a nenhuma capela ou oratório de propriedade da família Sanchez de Castilho, cogitamos que por

algum motivo ainda não identificado, Francisco tenha obtido uma sepultura perpétua para si e seus descendentes em uma das covas da igreja Matriz. A justificativa para tal cogitação é que, caso houvesse uma sepultura perpétua na propriedade que entrou em decadência e foi vendida, não faria sentido que a viúva e os descendentes do sargento mor continuassem a ser inumados já desde 1786 em uma sepultura no interior de uma propriedade que não era mais da família.

A referência ao tipo de sepultura existente na matriz identificado como “cova dos vigários” sinaliza para mais uma hierarquização espacial no interior daquele templo. Destinada aos párocos que serviram a freguesia, o único registro presente no livro pesquisado foi o relativo ao clérigo Manoel Pinto de Pinho, sepultado em 1792, com 80 anos, identificado como sendo branco e livre, tendo sua alma encomendada pelo padre Domingos da Rosa Andrade e recebido todos os sacramentos (ACDNI, 1785-1809). Segundo Pizarro, ele foi o 17º pároco de Jacutinga antecedendo aquele que recebeu o visitador, o reverendo Joaquim José de Oliveira (ARAÚJO, 2008, p. 248). Após essa identificação dos principais tipos de sepulturas encontrados nos assentamentos de óbitos pesquisados, passaremos a analisar aspectos da dinâmica social dos sepultamentos na freguesia. Para tal, dividiremos a análise segundo os critérios de cor e condição jurídica que, ao nosso ver, se constituíam em significativos exemplos de hierarquização social por ocasião da morte, com reflexos sobre os locais de sepultura.

A complexidade social na América portuguesa apresentava estreitas relações com as características do Antigo Regime europeu que ao ser transplantado para a América acabou criando uma sociedade de características únicas, principalmente devido ao significativo papel da escravidão africana aqui presente (FRAGOSO e GOUVEIA, 2010, p. 14-15). O caráter escravista da América lusa não se pautava somente pelo predomínio da escravidão como forma de trabalho, mas pelo impacto que esta exerceria sobre as distinções jurídicas entre homens livres e escravizados, ou ainda, entre os que nasceram livres e os que alcançavam a alforria; de modo que a relação entre escravidão e liberdade influenciaria as múltiplas hierarquias que seriam criadas nos diferentes segmentos sociais (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

A recriação das hierarquias conferiam caráter dinâmico às distinções criadas por aquela sociedade, na qual a mobilidade se fazia presente e se expressava na mudança de cor ou na sua omissão segundo a posição dos indivíduos em determinado contexto social, de modo que “as cores não petrificam posições sociais” (GUEDES, 2010, p.103). Contudo, este dinamismo social não pode ser pensado como um sistema livre de hierarquias, posto que estas, além de permearem os aspectos socioeconômicos, também se fizeram adentrava na vivência religiosa do catolicismo em suas várias dimensões, como afirmam Adalgisa Campos e Renato Franco (CAMPOS e FRANCO, 2004b, p. 4). Segundo Milra Bravo, esta dinâmica das distinções também esteve presente nas posturas frente à morte, na América portuguesa, posto que os espaços para sepultamento não escaparam da dinâmica dos privilégios sociais que criavam hierarquias e exclusões. A própria Igreja foi capaz de construir argumentos que legitimaram e naturalizaram a ordem social, mantendo as hierarquias existentes entre os grupos, através de um poder simbólico capaz de instaurar um consenso sobre a ordem do mundo (CAMPOS e FRANCO,

2004b, p. 4-9; BRAVO, 2014, p. 102-103). Seguindo essa linha de raciocínio, nem todos os que morriam poderiam ser colocados em sepulturas eclesásticas. Os excluídos da eram os “judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos” (REIS, 1996, p. 174).

Em Jacutinga, existia uma bem definida hierarquia entre os locais de inumação, como expressa na divisão entre as covas do interior do templo e as do adro, situadas do lado de fora a descoberto. Nesta diferenciação espacial, o local de maior prestígio eram as sepulturas localizadas próximas ao altar-mor e, conseqüentemente, as mais caras; enquanto o adro era um local com menos prestígio que, por estar bem distante do altar-mor, apresentava simbolicamente na escatologia católica menor eficácia para a salvação das almas dos que ali eram sepultados. Segundo João José Reis (1996, p.176), a crença de que ser enterrado próximo aos altares era uma garantia maior para o morto representava uma herança medieval associada à ideia de que locais próximos aos santos e mártires da comunidade cristã favoreceriam os espíritos no momento do Juízo Final. Adalgisa Campos (2004a) confirma essa ideia ao dizer que, na sociedade colonial, o homem do barroco possuía uma concepção social voltada para a manutenção dos privilégios. Podemos perceber que, em uma sociedade marcada por esse tipo de diferenciação, seria impossível que a morte fosse algo que nivelasse todos os homens a um mesmo patamar. Morrer em uma sociedade com tais características implicava levar para o além as hierarquias existentes entre os vivos. Por isso que, segundo João José Reis (1996, p. 190), a localização da sepultura era um aspecto muito importante na construção da identidade do morto.

A geografia da boa morte não contribuía em nada para que o morrer fosse um meio de se alcançar a igualdade social. Na verdade, as paróquias da América portuguesa estendiam as distinções de cor tão peculiares em sociedades escravistas aos mortos (BRAVO, 2014, p. 28-9). O que nos permite afirmar que, embora a salvação fosse um objetivo comum a todos os homens, parecia ser mais acessível para determinados grupos sociais. Seria mais fácil para ricos em detrimento dos pobres, pois aqueles possuíam condições de pagar por locais de sepulturas próximos aos altares e por sufrágios e outros serviços fúnebres em quantidades e valores que variavam segundo suas posses e pressa em purgar os pecados que acreditavam ter em vida (RODRIGUES 2005, cap. 1- 2). Isso pode ser percebido nos preços que as covas possuíam em Jacutinga. Enquanto se cobrava 1\$000 pelas sepulturas da porta principal, que seria o local mais próximo ao exterior, as que adentrassem o templo em direção ao altar-mor eram “taxadas” progressivamente em 2\$000 e 4\$000 réis; sendo este último valor correspondente às covas mais próximas ao altar-mor (ARAÚJO, 2008, p. 288). A título de comparação, na vizinha paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Iguacu, uma sepultura para adulto no altar-mor chegaria a custar 12\$800 réis (ARAÚJO, 2008, p. 256). Deste modo, se levarmos em conta que covas situadas próximas ou no próprio altar-mor eram as mais caras – mesmo que possuíssem variações em cada paróquia – e que esse espaço era considerado o de maior valor soteriológico na hierarquia das sepulturas, justamente por terem um poder salvífico

mais elevado, teremos que as covas mais baratas eram o destino daqueles que possuíam condição material inferior na lógica da hierarquizada sociedade de Antigo Regime na qual predominava a desigualdade. Talvez, por isso, mesmo aqueles que por algum outro motivo não puderam estar dentro dos templos fosse significativo estar pelo menos às suas portas, ainda que pelo lado de fora, como se estivessem para adentrar a igreja. Situação que verificamos no assentamento da preta forra Jerônima Gomes de Jesus, viúva, que foi sepultada “no cemitério desta freguesia junto à porta principal”, em 06/04/1793, tendo recebido todos os sacramentos, sido encomendada pelo pároco e amortalhada em hábito de São Francisco. Ou seja, apesar de se encontrar no adro ou cemitério, estava próxima à entrada principal do templo. Este registro é bastante representativo do lugar social ocupado por aquela ex-escrava que, mais do que se encontrar do lado de fora da matriz, estava a alguns passos do seu interior, marcando a sua diferenciação em relação aos que ainda eram escravos, ou mesmo forros e livres pobres inumados no adro, mais distantes da entrada. Entenda-se que, aqui, não se trata daquela sepultura mencionada por Pizarro que estava do lado de dentro, junto à porta principal, e que tinha um custo menor que as covas localizadas na direção do altar-mor. Ao contrário, era uma cova do lado de fora do templo, ainda que contíguo à entrada principal.

A divisão hierárquica dos locais de inumação naquela sociedade, entretanto, não acontecia somente por fatores econômicos, embora estes fossem significativos. Outro importante fator de distinção frente à morte era a questão étnica. Em uma sociedade com características de Antigo Regime, a desigualdade era um princípio que guardava em si múltiplas hierarquias, sendo a cor uma delas (GUEDES, 2009, p. 492). Com a expansão agrária, criavam-se espaços de convivência entre portugueses, africanos, imigrantes livres e libertos de outras áreas da América portuguesa, numa situação que contribuía para a formação de uma sociedade marcada pela multiplicidade de cores que se dividiam de forma hierárquica. Entretanto, como afirma Guedes, as posições sociais não devem ser congeladas pelas cores, uma vez que a hierarquia e o lugar social manifestos na dinâmica das cores eram fluídas e dependiam diretamente de circunstâncias sociais (Idem, p. 508). Nesse contexto, um mesmo indivíduo podia aparecer como pardo em uma fonte e como branco em outra, ao mesmo tempo em que a presença da escravidão acabava por associar indivíduos livres à cor branca, os escravos à cor preta e alguns libertos (ou cativos com posições hierárquicas dentro da escravaria) à cor parda.

Em Jacutinga, como podemos ver na Tabela 2, as diferentes “cores” que formavam a sociedade dos vivos estiveram presentes nos espaços dos mortos, embora sejam bem poucos os assentamentos que explicitem esta informação. Encontramos a referência a 4 (0,3%) brancos, 4 (0,3%) cabras, 21 (2,0%) índios, 123 (11,4%) pardos e 63 (5,8%) “pretos”. Para além desses, dados é significativo que 870 (80,2%) mortos não tivessem mencionados no assentamento as devidas informações sobre a cor com a qual foram identificados no final de sua vida. O que poderia representar essa ausência de informações? Na comparação entre os destinados às covas da fábrica e ao adro, podemos verificar que os maiores percentuais de pardos e “livres” foram inumados nas primeiras, enquanto índios, cabras e pretos aparecem sepultados no segundo. Se nos ativermos ao

campo “sem referência”, vemos que justamente nas covas da fábrica, entendidas aqui com espaços de maior prestígio que o adro, aparece o maior número de ausência de referência à cor (55,7%), enquanto no adro estiveram os cadáveres com menor ausência de referência (16,2%). Tais aspectos podem sinalizar a importância que aquela sociedade dava para a marcação e qualificação da diferença, em especial dos pertencentes aos segmentos considerados mais inferiores na escala social se seguirmos a lógica de uma sociedade de Antigo Regime, marcada pela desigualdade.

TABELA 2 – Locais de Sepultamento X Cor

COR \ SEPULTURA	BRANCO		CABRA		ÍNDIO		PARDO		PRETO		SEM REF.		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cova de Fábrica	-	-	-	-	2	9,5	56	45,5	20	31,7	484	55,7	562	51,8
Adro	4	100	2	50,0	19	90,5	43	34,9	34	54,0	141	16,2	243	22,4
Irm. Ss. Sacramento	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6	90	10,3	91	8,5
Irm. S. Miguel e Almas	-	-	-	-	-	-	7	5,8	1	1,6	66	7,6	74	6,8
Irm. do Rosário	-	-	2	50,0	-	-	10	8,1	5	8,0	40	4,6	57	5,2
Irm. N. S. do Socorro	-	-	-	-	-	-	3	2,5	-	-	9	1,0	12	1,1
Cova dos Vigários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	1	0,1
Sép. Perp. Fco Castillo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,3	3	0,3
Mosteiro de S Bento	-	-	-	-	-	-	2	1,6	-	-	15	1,8	17	1,6
Capela particular	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,1	1	0,1	3	0,3
Fora da Freguesia	-	-	-	-	-	-	1	0,8	-	-	7	0,8	8	0,7
Sem identificação	-	-	-	-	-	-	1	0,8	-	-	13	1,5	14	1,3
TOTAL	4	100	4	100	21	100	123	100	63	100	870	100	1085	100

Fonte: ACDNI: Assentos paroquiais de óbito da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1785-1809).

Outro aspecto a salientar em relação às distinções ligadas à cor é o fato de que somente quatro indivíduos sepultados no adro foram classificados como brancos. Nenhum deles teve a condição jurídica registrada. Embora brancos, nenhum deles poderia ser considerado membro da elite. Na verdade, parece que eram pessoas com poucas ou pouquíssimas posses: Maria Alves foi a única a receber todos os sacramentos; José Borges recebeu somente a penitência e a extrema unção e Francisco Gomes não recebeu nenhum “por não pedirem”. Dos quatro casos, o sepultamento que mais chamou a atenção foi o de um anônimo registrado somente como “um adulto”. Em seu registro

consta que “parecia ser branco” (ACDNI, 1785-1809). Ou seja, frente a inexistência de outros elementos que lhe identificasse, a cor por si só indicou uma diferenciação. Mas nem por isso deixou de ser sepultado no adro, pois não houve quem pagasse por uma sepultura no interior do templo a um desconhecido, mesmo que “parecesse” ser branco. Aspecto que demonstra a complexidade das relações sociais naquela sociedade escravista que apresentava uma série de distinções e critérios para se obter sepultura no interior do espaço mais sagrado da paróquia, por estar na proximidade dos santos e se beneficiar das orações daqueles que por suas sepulturas caminhassem ao frequentar a igreja matriz cotidianamente.

Para além disso, o caso acima demonstra que a cor na sociedade colonial podia, muitas vezes, ser uma questão de percepção de quem observava o outro e não um modelo rígido a ser percebido por todos coletivamente (GUEDES, 2008, p. 99). No caso do anônimo sepultado no adro da matriz no ano de 1793, não apareceu quem oferecesse informações sobre ele para o assentamento paroquial do óbito. Em seu óbito consta que havia morrido em Meriti e seu cadáver fora levado para Jacutinga e deixado em desamparo, exposto na casa de Félix Souza Costa (ACDNI, 1785-1809). Com isso, pretendemos demonstrar que nesses quatro exemplos, sendo o mais extremo o último, tais indivíduos eram reconhecidos como brancos, pois, possivelmente, essa fosse a única coisa que os destacava frente a sociedade, sendo possivelmente pobres ou remediados e, por isso, sepultados no espaço menos prestigiado da paróquia mas cuja cova era gratuita.

Seguindo a mesma abordagem utilizada para entender o silêncio dos assentos paroquiais sobre a classificação dos mortos em relação à cor e à condição social que possuíam em vida, podemos conjecturar que se o ato de registrar a condição jurídica não se fazia necessário no caso de indivíduos livres, pois essa era uma característica publicamente reconhecida pela comunidade local, o mesmo aconteceria em relação à identificação da cor de quem havia morrido. Isso porque não seria importante registrar indivíduos que fossem notoriamente brancos, da mesma forma que os que não fossem notadamente negros, índios ou pardos. Entende-se, assim, o silêncio de algumas informações como possível sinal de distinção, fosse para ascensão ou decadência social. Não podemos afirmar com toda a segurança que os indivíduos que não tiveram a cor anotada nos registros de óbito fossem brancos. Porém, tal como Milra Bravo (2014, p. 30), o que pretendemos sugerir é que no caso de mortos tidos como brancos não parecia ter sido necessário fazer uma distinção tão evidente à cor do cadáver, como o era no caso de pessoas de outras cores. Da mesma forma, nos chama a atenção a grande quantidade de pessoas que foram enterradas sem que fossem anotadas informações relacionadas à condição jurídica em vida. Em uma sociedade escravista, questões referentes à coloração da pele, origem étnica e/ou condição jurídica seriam definidoras de uma hierarquia social presente no cotidiano da sociedade colonial. Por isso, era de se esperar que tais informações fossem ressaltadas nos assentamentos de óbito, mas são pouquíssimas as indicadas: 2 (0,1%) indivíduos escravos, 187 (17,4%) forros e 895 (82,5%) sem referência à condição jurídica. Ainda que o livro de óbitos consultado fosse destinado especificamente para o assentamento de cadáveres de livres e libertos, nos parece que a diferenciação entre esses dois segmentos sociais deveriam ser indicadas, se seguirmos os

argumentos já citados de Guedes e Schwartz sobre os princípios hierárquicos e de distinção social que explicava a necessidade de diferenciar, por exemplo indivíduos que nasceram livres daqueles que haviam sido cativos em dado momento de sua trajetória. (ACDNI, 1785-1809).

TABELA 3 – Locais de Sepultamento X Condição Jurídica

CONDICÃO SEPULTURA	FORRO		“LIVRE”		TOTAL	
Cova de Fábrica	70	37,3%	492	54,9%	562	51,8%
Adro	84	44,8%	157	17,5%	243	22,4%
Irm. Ss. Sacramento	1	0,5%	90	10,1%	91	8,4%
Irm. São Miguel e Almas	7	3,7%	67	7,4%	74	6,8%
Irm. do Rosário	20	10,7%	37	4,2%	57	5,2%
Irm. N. Senhora do Socorro	2	1,0%	10	1,1%	12	1,1%
Mosteiro de S. Bento	2	1,0%	15	1,7%	17	1,6%
Cova dos Vigários	-	-	1	0,1%	1	0,1%
Sepultura perpétua	-	-	3	0,3%	3	0,3%
Capela Particular	1	0,5%	2	0,2%	6	0,6%
Fora da Freguesia	1	0,5%	7	0,8%	8	0,7%
Sem Referência	-	-	14	1,6%	14	1,3%
TOTAL	187	100%	895	100%	1085	100%

FONTE: ACDNI: Assentos paroquiais de óbito da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1785-1809).

Esse mesmo “silêncio” foi identificado por Milra Bravo ao estudar a hierarquia social da morte na freguesia da Antiga Sé, na cidade do Rio de Janeiro. Sua abordagem para lidar com essa ausência de informações se baseou na seguinte premissa: em uma sociedade colonial e escravista, seria mais importante destacar o passado escravista dos mortos do que a condição dos indivíduos livres. Ou seja, na morte, cativos e forros eram identificados pela ligação que possuíam com a escravidão – fosse no presente ou no passado –, mas não seria necessário diferenciar os livres, uma vez que, enquanto tal, seriam sempre assim reconhecidos. Dessa forma, ela passou a considerar todos os indivíduos sem menção à condição social no óbito como sendo “livres” (BRAVO, 2014, p. 29). Aspecto a se destacar é que o silêncio por ela identificado estava presente em livros de registros de óbito de uma freguesia que não apresentava separação por condição jurídica, apresentando em um único volume as três condições, uma vez que não havia livros específicos para escravos, como no caso de Santo Antonio de Jacutinga. Seguiremos este mesmo método aplicado por Milra Bravo em nossa amostragem e é somente por isso que na tabela 3 é possível identificar a coluna referente aos livres com dados, termo que está sendo utilizado entre aspas pelos motivos aqui apresentados.

Retomando a análise das diferenças sociais e hierarquias presentes na escolha de sepulturas segundo a condição jurídica, em Jacutinga, constatamos que, dentre os mortos considerados “livres”, 3 (0,3%) foram sepultados no jazigo perpétuo do sargento-mor Francisco Sanches de Castilhos e os outros dois (0,2%) nas capelas particulares do coronel Antônio de Pina (dúvida se no *Engenho do Rato* ou na *Fazenda Cacoaba*) e de João Teixeira Malheiros (*Capela do Pantanal*), respectivamente. Outros 15 (1,7%) cadáveres foram inumados dentro da capela de Nossa Senhora do Rosário do Mosteiro de São Bento. Se cruzarmos os dados desses mortos do mosteiro beneditino, levando em consideração o binômio cor/condição jurídica, teremos que todos os indivíduos tiveram suas informações relativas à cor suprimidas, o que nos faz concluir que esse espaço abrigava a última morada de cadáveres de livres brancos.

Nas covas das irmandades, a distribuição de corpos de livres se deu da seguinte forma: 90 (10,1%) foram sepultados em covas da irmandade do Santíssimo Sacramento, 67 (7,4%) nas da de São Miguel e Almas, 37 (4,2%) nas covas da irmandade do Rosário dos Pretos e 10 (1,1%) nas da irmandade de Nossa Senhora do Socorro dos Homens Pardos. A esmagadora maioria de indivíduos livres (492), contudo, foi sepultada em covas de fábrica, representando mais da metade dos mortos. Por outro lado, se focarmos nossa atenção a indivíduos alforriados que tenham sido sepultados em Jacutinga, teremos que 187 mortos deste segmento foram inumados na matriz, dos quais em 70 casos foram sepultados em covas que pertenciam à fábrica da matriz. Os outros corpos foram distribuídos entre as covas das irmandades, com destaque para a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que sepultou 20 pessoas no final do século XVIII. As outras confrarias receberam corpos de forros, mas em números consideravelmente menor. A irmandade do Santíssimo Sacramento recebeu um corpo, enquanto a confraria de São Miguel e Almas recebeu sete corpos e Nossa Senhora do Socorro dos homens pardos somente dois. Além das irmandades, outros espaços foram utilizados para enterramentos de indivíduos que, quando vivos, compunham a categoria de forros: dois mortos inumados no Mosteiro de São Bento, seguidos de um enterrado fora da freguesia e uma negra mina alforriada, chamada de Rosa, que teve seu corpo depositado na capela da fazenda do capitão Antônio de Pina. Índices que demonstram que tais cadáveres certamente pertenciam a uma fração dos ex-escravos que se distinguiram dos demais naquela paróquia

Em contraposição a estes dados marcadores de distinção social, o desprestigiado espaço do adro recebeu 84 sepultamentos de indivíduos forros. Infelizmente, o assento de óbitos de Santo Antônio de Jacutinga não possui muitas informações sobre a origem étnica destes cadáveres, apresentando-a somente para dez fregueses mortos. Por isso, não é possível estabelecer um perfil étnico dos sepultados nessa freguesia, por exemplo, se eram africanos ou crioulos. Entretanto, dentre os registros que possuem esse tipo de dado, cinco se referem a pessoas de origem africana (sendo quatro angolanos e uma mulher mina). Os outros cinco registros são referentes a pessoas que foram sepultadas em covas da fábrica. Vale destacar que os cinco africanos sepultados no adro eram indivíduos forros e que nenhum deles deixou testamento. Aqui, para além de libertos, eram africanos, o que, na hierarquia social da época, os colocaria abaixo dos crioulos, que

estariam mais inseridos na sociedade, por terem nascido na América; sem contar a associação em geral feita entre africanos como pretos. Este aspecto pode ser compreendido ao analisarmos o caso de Isabel, preta forra de origem mina, igualmente sepultada no adro. Se não escapou deste espaço funerário, seus parentes e amigos buscaram agregar outros rituais, como a busca dos últimos sacramentos (penitência, eucaristia e extrema-unção) quando ainda moribunda e a encomendação da alma pelo pároco, após o passamento. Embora o registro não tenha mencionada como foi amortalhada e tenha sido inumada em um lugar desprestigiado, podemos observar que Isabel cumpriu etapas importantes no processo de preparação para a “boa morte”, considerada como aquela permeada de rituais fúnebres preconizados pela sermônica católica pregada cotidianamente pelos clérigos aos fiéis, desde a Baixa Idade Média (SOBRAL, 2014; SANTOS, 2016), com vistas à obtenção da salvação da alma no além-túmulo. Uma das garantias para o “bem morrer” era a preparação para o passamento com a devida antecedência que permitisse agregar a maior parte dos ritos, tais como: a redação do testamento, a administração dos três sacramentos, o uso de mortalha de santos, a encomendação da alma por um clérigo, a realização de missas de corpo presente e outras em sufrágios pela alma do morto e das de outrem, o sepultamento em sagrado, a distribuição de legados pios, dentre outros elementos escatológicos determinados pelo fiel quando sentisse a morte iminente (ARIÈS, 1989; VOVELLE, 1978; REIS, 1991; RODRIGUES, 2005). Por trás destas concepções, quanto mais fortuna se tivesse para empregar na realização dos funerais – que Michel Vovelle chamou de barroco e que Reis chamou de “festa” –, mais garantias se acreditava ter na maior intercessão possível pela alma daquele que partia para o além. Se não fosse possível conjugar todos os elementos, ao menos alguns eram buscados, mesmo para os indivíduos remediados que, embora tivessem o adro como destino, procuravam incluir alguns dos elementos rituais aqui citados, como se percebe no caso dos pretos forros Isabel e Manuel, por exemplo. Este último, apesar de ser inumado no adro da matriz de Jacutinga, recebeu todos os sacramentos, foi amortalhado em pano branco e teve sua alma encomendada. Com isso, queremos dizer que o fato de essas pessoas terem como local de repouso final um espaço conhecido pelo seu caráter de inferioridade na hierarquia social e soteriológica da época, não impediu que utilizassem de outras estratégias no sentido de encontrar formas de católicas “bem morrer”.

Apesar de destinado ao registros dos óbitos de livres e libertos, o livro consultado menciona os registros de dois escravos: Manoel, que foi sepultado no adro da matriz em 05 de janeiro de 1803, tendo recebido todos os sacramentos pelas mãos do vigário Mariano José de Mendonça; e Dionísia, que morreu aos cinquenta anos e foi sepultada também no adro em 14 de agosto de 1808, envolta em uma mortalha branca, mas sem receber os sacramentos fúnebres porque morreu repentinamente (ACDNI, 1785-1809). O que faria com que as mortes de dois escravos fossem registradas em um livro reservado aos livres? Em uma sociedade reconhecidamente escravista era de se esperar que isso não fosse possível. Num primeiro momento, poderíamos pensar em eventual descuido dos padres responsáveis por esses assentos. Porém, é possível que outros motivos tenham contribuído para que isso acontecesse.

Manoel e Dionísia eram escravos, respectivamente, do capitão João Teixeira Malheiros e de Luísa Ana de Oliveira, dois membros da elite de Jacutinga. João Teixeira Malheiros era o dono da capela do Pantanal, na qual apareceu um cadáver sepultado. Por sua vez, Dona Luísa Ana de Oliveira era viúva de Domingos Jacinto Rosa, proprietário do engenho de açúcar de Madureira. Segundo Ana Paula Rodrigues (2013, p. 102), quando da morte de seu marido, sua viúva herdou as terras de seu esposo e passou a administrar os bens da família, tornando-se assim uma senhora de engenho, reconhecida socialmente como gestora de um grande patrimônio por meio do estabelecimento de relações sociais sólidas e cujo engenho foi um dos mais abastados de Jacutinga e dos que mais batizou escravos entre 1796 e 1807 (RODRIGUES, 2013, p. 103). É possível que a posição social dos seus senhores tenha contribuído para que seus sepultamentos fossem registrados fora do lugar esperado. Ao estudar as freguesias do interior da capitania do Rio de Janeiro nos setecentos, João Fragoso identificou ser comum que em sociedades rurais com as características de Antigo Regime nos trópicos a elite da terra apadrinhasse os escravos com o batismo, contribuindo para o surgimento de uma elite da senzala legitimada pelas relações senhoriais que hierarquizava a escravaria. Esse grupo de dentro das senzalas era capaz de estabelecer relações ativas com os senhores e, por isso, possuía maiores recursos diante dos demais cativos. Criava-se, assim, uma hierarquia social costumeira que tinha como eixo principal o paternalismo da elite da terra em relação ao grupo subalterno dos demais escravos (FRAGOSO, 2014, p. 247-9). Fenômeno acentuado em territórios como os de Jacutinga, fortemente influenciados pelo catolicismo, de forma que os cativos apadrinhados pelos senhores passavam a tê-los como “protetores”. Os escravos Manoel e Dionísia poderiam muito bem ter relações desse tipo com seus senhores, justificando talvez o “equivoco” da presença do assentamento dos seus óbitos no livro de livres e libertos.

Apesar das especificidades analisadas acima, o aspecto que mais se ressalta dos dados pesquisados é que, dentre os espaços destinados ao sepultamento dos mortos em Jacutinga, a igreja matriz foi aquele que mais recebeu cadáveres. Muitos escolheram o enterro dentro do templo na proximidade com os santos como espaço para o repouso final de seus restos mortais, fossem nas covas da fábrica ou nas das confrarias, na dos vigários ou naquela que cogitamos ter sido perpétua da família Castilho. Embora as sepulturas da fábrica tenham sido muito mais usadas do que as das irmandades, entre os anos de 1785 e 1809, não podemos desprezar a atuação das instituições leigas frente à morte no cotidiano paroquial de Jacutinga. Afinal, em um espaço de tempo que compreende um pouco mais de vinte e cinco anos, 234 pessoas morreram e tiveram seus restos mortais depositados em covas das quatro confrarias (ACDNI, 1785-1809).

Retomando os dados da tabela 3, verificamos que a irmandade do Santíssimo Sacramento, em Santo Antônio de Jacutinga, sepultou 91 pessoas. Todas livres e brancas, com exceção de um único forro: Boaventura, como era conhecido, que morreu aos cinquenta anos, em 1808, e era casado com a escrava Maria. Possivelmente, um escravo próximo ao seu senhor que fosse membro daquela irmandade de elite em Jacutinga ou mesmo um escravo da própria irmandade. Além dele, nenhum índio ou pardo foi ali sepultado, sendo o perfil da maioria ali inumada corresponde ao dos brancos livres da

elite local. Nestas covas do Santíssimo Sacramento haviam sido sepultados membros das “melhores” famílias da região, como Gabriel Correia Vasques, em 16/07/1801, amortalhado no caro hábito de São Francisco, que precisava ser adquirido no centro da cidade onde estava localizado o convento de Santo Antônio, no qual tais mortalhas eram produzidas e vendidas por cerca de 6\$000 réis; ou seja, mais caro do que a sepultura que custava mais na matriz de Jacutinga. Dos 74 corpos depositados em covas da confraria de São Miguel e Almas, 7 eram pardos, 1 negro e 66 brancos. Na confraria de Nossa Senhora do Socorro dos Homens Pardos, os registros revelam a presença de 3 cadáveres de pardos e 9 sem identificação. Por último, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário sepultou 57 confrades: 2 cabras, 5 pretos, 10 pardos, sendo que 40 mortos aparecem sem identificação quanto a cor. Seguindo a mesma lógica de antes, mas a invertendo-a pelo lado dos pretos, acreditamos que muito possivelmente se trataram de cadáveres de “não brancos”, uma vez que estaria subentendido que se tratava de irmandade de pretos (ACDNI,1785-1809).

As irmandades do Santíssimo Sacramento e de São Miguel e Almas, que em Jacutinga sepultaram majoritariamente livres e brancos, eram confrarias que tradicionalmente abrigavam membros da elite. Anderson de Oliveira (2011) chama a atenção para a forte ligação entre os membros do santíssimo e o sustento do culto nas paróquias. Segundo ele, as exigências das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em relação à guarda da hóstia sagrada demandavam gastos consideráveis e, muitas vezes, eram os irmãos do santíssimo que arcavam com esses custos. Isso permitiu que os “homens bons” das localidades que assumiam essas funções, por meio destas irmandades, passassem a reivindicar a prioridade nas festas e procissões. O que pode ter se refletido no acesso às suas covas. Nesse sentido, compreende-se que uma irmandade da elite tenha enterrado dentro da matriz de Jacutinga quase três vezes mais que a irmandade de Pretos do Rosário. Mesmo que não devamos olvidar que, ainda assim, estes eram “pretos” que se diferenciavam dos demais – sepultados no adro – por poderem contar com o auxílio confraternal diante da morte, certamente a maioria dos identificados nos assentamentos como pretos da paróquia foi sepultada no adro.

O mesmo pode ser observado em relação à Irmandade de São Miguel e Almas. Segundo Adalgisa Campos (2013), o culto às Almas do Purgatório era muito difundido no imaginário cristão. A institucionalização dessa devoção acabou por criar as irmandades de São Miguel e Almas, cujo santo principal era considerado o protetor das almas dos “justos” (DILLMANN, 2015). Sobre a composição social dessas confrarias, embora fossem populares na questão da devoção e das obras de caridade, seus membros eram brancos da elite, tal como nas irmandades de Misericórdia (CAMPOS, 2013 e DILLMANN, 2016). É interessante perceber que uma irmandade seletiva em relação às regras de ingresso, mas popular na questão devocional, tenha sido a segunda no número de sepultamentos de Jacutinga, ao mesmo tempo em que permitiu que algumas pessoas de “cor” tenham encontrado um local de repouso final para seus cadáveres.

À guisa de Conclusão...

A análise dos registros de óbito da freguesia de Jacutinga revelou que, frente à morte, o peso das hierarquias típicas de uma sociedade do Antigo Regime nos trópicos se fez fortemente presente. Em uma sociedade dos vivos desigual em sua natureza, pudemos constatar a extensão das hierarquias por ocasião da morte, expressas na diferenciação das sepulturas não só por critérios socioeconômicos mas também ligados à cor e à condição jurídica do morto. Em diferentes situações, havia possibilidades variadas para se dar destino aos cadáveres dos antigos fregueses de Santo Antonio de Jacutinga, nos fundos da Baía da Guanabara.

Ao mesmo tempo que concentrava a maioria dos mortos da paróquia, o templo da matriz apresentava uma diversificada posição das covas nas quais os seus fregueses seriam inumados: desde uma ainda intrigante sepultura perpétua de uma das famílias tradicionais da região, passando pela cova dos vigários, pelas covas da fábrica e pelas sepulturas gerenciadas por cada uma das quatro irmandades que se abrigavam no templo paroquial, fosse no altar mor, fosse nos laterais. Tal variedade encontrada no interior contrastava com o espaço externo do adro ou cemitério, cujas covas eram destinadas aos menos privilegiados. Mas mesmo neste local, havia uma hierarquização das posições das sepulturas, de modo que para alguns era possível estar mais próximo da porta de entrada no interior do templo, ainda que pelo lado de fora. Com a exceção de alguns brancos pobres ou remediados, a maior parte dos que ali estavam sem o abrigo físico do templo, ainda que em espaço sagrado possuía um passado remoto ou uma vinculação vigente com a escravidão. O que os unia era o fato de não terem conseguido adentrar na igreja matriz de sua freguesia após sua morte, por não terem podido pagar por uma das sepulturas do seu interior. Fosse pelos valores a serem pagos, fosse por não serem membros de alguma das irmandades ou por não serem os destinatários da cova dos vigários ou da sepultura perpétua da família Castilhos.

Não por acaso, a maioria dos que podiam pagar por covas do interior, buscavam a inumação no templo da igreja matriz. Mesmo entre os que pertenciam à elite senhorial e que obtinham autorização para construção de capelas ou oratórios privados nos seus engenhos, não constatamos significativo índice de uso das covas de seus cemitérios particulares. Ao contrário, foram nas covas da fábrica ou nas de suas irmandades que seus cadáveres tiveram inumação. Outrossim, constatamos inclusive que os espaços do interior da matriz de Jacutinga obedeceram às hierarquias vigentes na sociedade colonial. Nas confrarias do Santíssimo Sacramento e São Miguel e Almas, a maioria dos corpos pertenciam a pessoas que quando vivas faziam parte de grupos sociais dos brancos e livres. Nenhum pardo, índio ou cabra foi inumado em covas da irmandade do Santíssimo, por exemplo. Nas covas da irmandade de São Miguel e Almas identificamos apenas um preto forro, Miguel Vieira, inumado em 1787 (ACDNI, 1785-1809). Porém, morreu sem receber sacramentos por falecer repentinamente e não foi amortilhado. De uma forma ou de outra, é interessante perceber que o único enterro de um descendente de africanos tenha acontecido com tamanha simplicidade. Por sua vez, as covas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Socorro eram destinos mais possíveis para e pretos pardos livres – e também alguns escravos – de Jacutinga.

Outro aspecto a se destacar é que nem todos os membros da elite foram sepultados na paróquia onde se localizavam seus engenhos. Os “homens bons” que possuíam cargos e mercês da *res publica*, atuando como oficiais da câmara do Rio de Janeiro, com patentes militares e/ou, ainda, com significativos negócios na capitania não necessariamente foram sepultados na matriz que reunia praticamente todos os paroquianos, sendo inumados na área mais urbanizada constituída pelas freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto possuidores de fortuna, *status* e cargos no centro político e administrativo do Rio de Janeiro, era nesse espaço que também buscavam se irmanar, recorrendo às outras associações religiosas que concentravam a elite; sendo nos seus templos ou, eventualmente, no de uma das três igrejas paroquiais desta área central (Sé, Candelária e São José) que buscavam sepultura, por vezes com suntuosos funerais que reverberavam tanto na cidade (onde também possuíam moradias) como na freguesia rural na qual possuíam seus engenhos e estava parte do seu núcleo familiar.

Como exemplo, podemos citar o caso de Bento Luiz de Oliveira Braga, dono do *Engenho da Posse*. Embora fosse um proprietário de terras e possuidor de capela privada em uma de suas propriedades, foi enterrado na Igreja da Candelária, na cidade, perto de onde possuía uma casa de sobrado na Rua do Rosário, n.º 35, com considerável pompa: com a realização de 219 missas de corpo presente, gastos com tochas, cera, ofícios nas freguesias de Nossa Senhora da Candelária e na freguesia de Jacutinga, encomendação da alma e outros gastos que chegaram ao valor de 1:186\$520 contos de réis (AN-RJ, Inventários, 1814). O que se justificava pela posição política que lhe permitiu exercer importantes cargos na cidade (RODRIGUES, 2017, p. 152).

O mesmo se passou com o coronel Antônio de Pina, proprietário do *Engenho do Rato* e filho de importante dono de terra em Irajá que possuía monopólio, cargos e mercês na cidade do Rio. Em seu testamento de 06 de dezembro de 1815, Antonio determinou que desejava ser sepultado em um capela de Ordem Terceira na cidade do Rio de Janeiro, pois não havia Ordem Terceira em Jacutinga (AN-RJ, Inventários, 1817). A mesma situação reaparece no testamento do português Manoel Ferreira de Souza, redigido em 02 de dezembro de 1779, no qual deixou registradas duas opções de sepultura: caso viesse a morrer em Jacutinga, seu corpo seria inumado em cova da Irmandade de São Miguel e Almas, mas, se viesse a morrer na cidade do Rio de Janeiro, seu corpo deveria ser colocado na freguesia de onde estivesse (ACMRJ-AP0156, 1778, p. 110). Ou seja, não seria necessário que seu corpo fosse trasladado de volta a Jacutinga. Faleceu na cidade no dia 27 daquele mesmo mês e ano, foi sepultado na matriz da Sé, recebeu todos os sacramentos e encomendado pelo pároco da Sé mais onze sacerdotes. Teve um pomposo funeral fora de sua freguesia no Recôncavo. Mesmo que seu cadáver não tenha retornado às terras do fundo da Guanabara, Souza havia deixado legados pios que seriam distribuídos na sua freguesia de Jacutinga: 5\$000 para seu reverendo vigário; 6\$400 para sua irmandade de São Miguel e Almas, devendo seu testamenteiro quitar a dívida em anuais que devia à irmandade para que ela lhe mandasse realizar os “Sufrágios Como [era] uso e Costume” (ACMRJ-AP0156, 1778, p. 110).

Esses três casos demonstram que nem todos os potentados de Jacutinga foram sepultados na sua igreja matriz. Vários podem ter sido os motivos para tal: terem eventualmente morrido enquanto estavam fora da paróquia de origem, por estarem doentes e se curando em casa de outrem ou nas suas casas de morada na cidade, por estarem de passagem pela cidade a negócios ou, ainda, por terem buscado maior intercessão divina e/ou maior distinção social frente ao morrer nas sepulturas dos templos de importantes igrejas da cidade (fosse no da freguesia da Candelária, no de uma ordem Terceira inexistente em Jacutinga ou outro motivo que por ora desconhecemos). Certamente, estes são exemplos que demonstram a que ponto podiam chegar as distinções e hierarquizações nas escolhas das sepulturas que abrigariam os cadáveres daqueles que tinham parte de suas propriedades em Jacutinga.

Diferentemente de casos como estes, contudo, outro grupo da elite de Santo Antonio de Jacutinga se manteve no espaço paroquial do recôncavo após a morte, mas seguindo critérios particulares de escolha da sepultura que abrigaria seu cadáver no sono que dormiria até o momento da Ressurreição para o Juízo Final. Como exemplo, podemos citar os integrantes da família Correia Vasques, que possuíam um cemitério em torno da sua capela no *Engenho de Cachoeira*, mas que não destinaram os cadáveres dos seus mortos para lá. Gabriel Correia Vasques foi sepultado numa cova da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 16/07/1801. José Vasques de Brito, pardo forro, agregado na fazenda da Cachoeira, foi sepultado numa cova da fábrica em 28/09/1790. Se a família Correa Vasques era reconhecidamente poderosa proprietária de terras que possuía capelas particulares, nos perguntamos por que então seus membros seriam sepultados na igreja matriz? Podemos considerar que as sepulturas da matriz seriam espaços de maior prestígio social e poder simbólico escolhidos pelas famílias dos homens bons que buscavam “bem morrer” elegendo uma sepultura na própria freguesia, onde preferiram se manter após a morte, aguardando pela salvação no fim dos tempos. Desta forma, adaptavam para o *post-mortem* algumas das estratégias para se manter nas proximidades daquelas propriedades que buscaram não fragmentar com o passar das gerações, alcançando algumas delas um período de mais de um século. Talvez, para essa fração da elite colonial, manter-se no Recôncavo da Guanabara com a distinção que lhes coubesse na escolha dos funerais e da sepultura tenha sido mais importante como forma de devoção e de expressão do seu poder entre os vizinhos paroquianos.

A prosperidade do recôncavo, em especial de Jacutinga, contribuiu para que vários dos seus fregueses continuassem nas freguesias dos fundos da Guanabara, mas não somente porque a produção de itens de abastecimento fosse um negócio lucrativo ou porque aquele entroncamento no caminho para as minas gerais fosse um caminho novo aberto de possibilidades. As análises aqui feitas nos levam a cogitar que, para além da prosperidade material, fosse importante manter os laços já construídos com parentes e amigos, não só vivos como já mortos. Ali permaneciam, mantendo-se próximo de seus santos de devoção e, em especial, de seus antepassados e, quando mortos, desejavam ser próximo a estes inumados. Talvez, isso explique a grande quantidade de sepulturas na matriz, em comparação com os outros espaços igualmente sagrados nos quais poderiam ser sepultados, como as capelas particulares e a dos beneditinos.

Todos esses aspectos demonstram a complexa, desigual e hierarquizada distribuição das sepulturas numa freguesia rural dos fundos da Guanabara que, embora demonstrasse a preocupação dos seus moradores com o além-túmulo, esta não esteve descolada das hierarquias e distinções presentes na vida terrena, que lhes possibilitava diferentes e desiguais formas de se buscar a desejada salvação da alma no *post-mortem* a partir das condições por eles estabelecidas em Santo Antônio de Jacutinga no período escravista .

Fontes Manuscritas

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU (ACDNI).

Assentos paroquiais de óbito da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1785-1809).

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (ACMRJ):

a) Assentos Paroquiais (AP) de óbitos e testamentos da Antiga Sé

- AP0155 (1746-1758): Testamento de José de Oliveira Pinto, 1751, p. 198v.

- AP0156 (1776-1784): Testamento de Luiz Pereira Pacheco, 1778, p. 110v; Testamento de Ignácio Gomes Torres, 1778, p. 122v e Testamento de Manoel Ferreira de Souza, 1779, p. 171.

b) Breve apostólico de solicitação de oratórios privados e altares privilegiados:

- N.º 25: Oratório privado, 1733. Fazenda da Posse, Freguesia de Jacutinga. João de Veras Ferreira e Anna Maria Nascente (dona). Solicitação para celebrar missas no oratório de sua casa.

- N.º 86: Oratório Privado, 1746. Jacutinga. Cristóvão Mendes Leitão e Paschoa Maciel da Costa (dona). Solicitação de construção de oratório para celebrar missa em sua residência.

- N.º 146: Oratório privado, 1756. Jacutinga. Cristóvão Mendes Leitão e Paschoa Maciel da Costa (dona). Solicitação de construção de oratório para celebrar missa todos os dias em sua residência.

- N.º 158: Capela, 1757. Sarapuí, Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Francisco Antunes Lima. Solicitação para celebrar missa na capela de sua fazenda de invocação Nossa Senhora da Conceição.

- N.º 306: Altar privilegiado, 1796. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu. Antônio José Maria. Solicitação para altar privilegiado de Nossa Senhora do Rosário.

ARQUIVO NACIONAL-Rio de Janeiro (AN-RJ):

- *Inventários*. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes – Inventário de Bento Luiz de Oliveira Braga, n.º 102, caixa 3873; gal. A; ano inicial 1814.

- *Inventários*. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antônio de Pina, n.º 1990, maço: 2285, 1817.

Fontes Impressas

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro*: inventário da arte sacra fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC (2 vols.), 2008.
- ESTATÍSTICAS realizadas pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *Revista do IHGB*. Tomo LXXXVI, 1ª Parte, 1913.
- MEMÓRIAS PÚBLICAS e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. In: *Revista do IHGB*. Tomo XLVII, 1ª parte, p. 27-60, 1884.
- VIDE, Sebastião Monteiro da; FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, Evergton. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: EDUSP, 2010.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989 (2 vols.).
- BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1995.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BRAGA, Vitor Cabral. *Lugares para “bem morrer” no Recôncavo da Guanabara/RJ*: Irmandades, ritos e tensões na geografia da morte (c.1720 a c.1800). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015
- BRAVO, Milra Nascimento. *Hierarquias na morte*: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da Época Barroca: a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*. (UFMG. Impresso). Belo Horizonte, v. 31, p. 159-183, 2004a.
- _____ e FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiro: disputas por precedência em confrarias mineiras. *Tempo*, Rio de Janeiro, n° 17, pp. 193-215, 2004b.
- _____. *As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório*: culto e iconografia no Setecentos Mineiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.
- CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor*: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara*: séculos XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2008.
- DILLMANN, Mauro. Devoção para acudir na vida e amparar na morte: São Miguel Arcanjo e as Almas do Purgatório. *Fênix*, v. 12, p. 1-16, 2015.
- _____. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República*. Porto Alegre, início do século XX. Jundiá - SP: Paco Editorial, 2016.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João e GOUVEIA, Maria de Fátima (org.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Elite das Senzalas e nobreza principal da terra numa sociedade rural de Antigo Regime nos Trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1740. In: João Luís Ribeiro Fragoso (Org.). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 241-306, 2014.
- FRANÇA, Live. *As capelas do Recôncavo da Guanabara e seus usos rituais no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- _____. As Capelas de Santo Antônio de Jacutinga no século XVIII. In: OLIVEIRA, Anderson e MARTINS, William de Souza. *Dimensões do Catolicismo no Império Português (séculos XVI - XIX)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. v.1.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar e Ed. Garamond, 1999.
- _____. Freguesias Fluminenses no final do Setecentos. In: *Revista IEB*, n°48 março de 2009.
- GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XII-XIX). In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 379-422, 2006.
- _____. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- _____. Escravidão e Cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). *Especiaria (UESC)*, v. 10, p. 489-518, 2009.
- _____. Mudança e Silêncio sobre a cor: São Paulo e São Domingos (séculos XVIII e XIX). In: *Africana Studia*, v. 14, 2010, p. 93-118.
- MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700 – 1822)*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *Ele receberá mercê: a Mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e hierarquias sociais: irmandades e elite macaense no oitocentos. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. (Org.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (Séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 101-117, 2011.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. Os eixos de transporte e as transformações na organização espacial do Recôncavo da Guanabara entre os séculos XVIII e XIX: os exemplos de Iguaçú e Estrela. In: *RIHGB*, abr./jun. 2007.
- OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: *BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusá*. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Cidade de S%C3%A3o Sebastião C3%A3o do Rio de Janeiro](http://lhs.unb.br/atlas/Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Sebasti%C3%A3o%20do%20Rio%20de%20Janeiro). Data de acesso: 27 de junho de 2017.

- PAIXÃO, Anne Elise Reis da. *Morrer na “Banda d’Além”*: as práticas fúnebres nas paróquias de São Gonçalo de Amarante e São Sebastião de Itaipu no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. *O bem morrer no Recôncavo da Guanabara*. Um olhar sobre a freguesia de Piedade do Iguassú. (Século XVIII). Monografia em História. Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *Famílias, casas e engenhos*: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Engenhos e Famílias em freguesias rurais. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e Iguaçú, Rio de Janeiro, Século XVIII. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015.
- _____. Famílias senhoriais em freguesias rurais preservação do patrimônio no rio de janeiro (freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, século XVIII)”. In: *Revista Acervo* (Arquivo Nacional), 2017.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. e FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas sobre a presença e a atuação da Igreja católica na Antiga Macaé. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. (Org.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (Séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- _____. e BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). *Revista Habitus*, v. 10, p. 3-30, 2012.
- SANTOS, Clara Braz dos. *O exercício moral de memória da morte nos escritos religiosos do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOARES, Moisés Peixoto. *Mulheres Escravas*: alforria, trabalho e mobilidade social: Piedade de Iguaçú e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780-1870. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2015.
- _____. Olhares enviesados: escravos e libertos aos olhos das autoridades administrativas, dos religiosos e dos viajantes dos séculos XVIII e XIX no Rio de Janeiro (Jacutinga). *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 24 a 27 de maio de 2017.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

SOBRAL, Luciana Onety da G. *A morte como escola: a presença da pedagogia de bem morrer na cidade da Bahia (ca. 1640–1759)*. Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2014.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. In: *Tempo*. vol. 32. Rio de Janeiro, 2012.

VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation*. Les attitudes devant la mort en Provence au XVIIIe siècle. Paris: Plon, 1973.